

CAROLINE HELENA RAZERA

ANÁLISE DA CRIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS DA DÉCADA DE
2000

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de economista na graduação em
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Luiz Alberto Esteves

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINE HELENA RAZERA

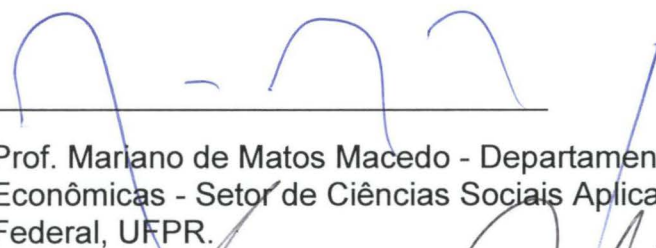
ANÁLISE DA CRIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS DA DÉCADA DE 2000

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Economista no curso de graduação em Ciências Econômicas, pela seguinte banca examinadora:

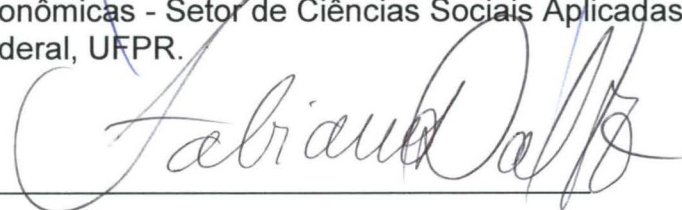


Prof. Luiz Alberto Esteves

Orientador - Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.



Prof. Mariano de Matos Macedo - Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.



Prof. Fabiano Abranches Dalto Silva Departamento de Ciências Econômicas - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Curitiba, 23 de agosto de 2013

RESUMO

Este trabalho pretende ser uma análise qualitativa dos novos empregos formais criados na década de 2000 no mercado de trabalho brasileiro. Isto é feito através de um embasamento teórico em mercados de trabalho precários, como a teoria da fila, marcação de salários pela política de salário mínimo e segmentação do mercado de trabalho entre setores formal e informal. A formalidade do trabalho entra como um fator importante nesta discussão, pois generalizadamente é considerada como característica de empregos de maior qualidade se comparados aos postos de trabalho informais. Antes de avaliar estes dados acerca do emprego, obtidos na RAIS, é mostrada uma visão das conjunturas macroeconômica e política do período. Após isto, para que se faça um balanço desta redução da informalidade do trabalho na economia brasileira, pretende-se avaliar o processo de geração de empregos formais através de dois aspectos que reflitam a qualificação dos postos de trabalho e dos trabalhadores: rendimentos reais e níveis de escolaridade requerida para os novos postos de trabalho.

Palavras-chave: Formalidade do trabalho. Qualidade do emprego. Teoria da fila. Segmentação. Mercado de trabalho. Economia brasileira nos anos 2000.

ABSTRACT

This paper intends to be a qualitative analysis of new formal jobs created in the 2000s in the Brazilian labor market. This is done through a theoretical basis about precarious labor markets, such as the theory of the line, marking wages for minimum wage policy and labor market segmentation between formal and informal sectors. The formality of labor enters as an important factor in this discussion, because it is generally considered as characteristic of high quality jobs compared to informal employment. Before evaluating these data on employment, obtained in RAIS, it is shown a vision of the macroeconomic and political conjunctures of the specific period. After this, in order to take stock of this reduction in labor informality in the Brazilian economy, we intend to evaluate the process of formal job creation through two aspects that reflect the qualifications of jobs and workers: real earnings levels and education required for the new jobs.

Keywords: Formality work. Quality of employment. Theory of the queue. Segmentation. Labor market. Brazilian economy in the 2000s.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNAE	– Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEFAT	– Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAT	– Fundo de Amparo ao Trabalhador
FTGS	– Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GEM	– Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	– Índice Geral de Preços de Mercado
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
LFT	– Letras Financeiras do Tesouro
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
NTN-D	– Notas do Tesouro Nacional
PAF	– Programa de Assistência Financeira
PEA	– População Economicamente Ativa
PLANFOR	– Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PME	– Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNQ	– Plano Nacional de Qualificação
PROGER	– Programas de geração de emprego e renda
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TEA – Taxa de Empreendedores Iniciais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Grau de informalidade.....	14
GRÁFICO 2 – Evolução da produtividade e da taxa de informalidade na década de 2000.....	15
GRÁFICO 3 – Evolução da taxa de informalidade e do empreendedorismo na década de 2000.....	25
GRÁFICO 4 – Evolução da balança comercial brasileira na década de 2000.....	30
GRÁFICO 5 – Criação líquida de vagas formais por setor de atividade no período 2000-2008.....	33
GRÁFICO 6 - Vagas líquidas segundo porte de estabelecimento no período de 2000 a 2008.....	35
GRÁFICO 7 - Evolução dos rendimentos reais médios habituais por categoria na década de 2000.....	36
GRÁFICO 8 – Onze classes com maior estoque de empregos em 2011.....	42
GRÁFICO 9 – Onze classes/setores que tiveram os maiores crescimentos percentuais de vagas de emprego entre 2006-2011, por atividade econômica.....	43
GRÁFICO 10 - Onze subclasses de maior crescimento percentual de vagas de emprego entre 2006-2011.....	45
GRÁFICO 11 - ESCOLARIDADE E SETORES ECONÔMICOS.....	47
GRÁFICO 12 - RENDIMENTOS E SETORES ECONÔMICOS.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MERCADO DE TRABALHO, HIPÓTESES E EMPREENDEDORISMO.....	12
2.1 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO E ALGUMAS HIPÓTESES.....	12
2.1.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	12
2.1.2 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E TAXA DE INFORMALIDADE.....	14
2.1.3 A POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO E SEUS EFEITOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO.....	14
2.1.4 A CONCEITUAÇÃO DO SETOR INFORMAL, SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS ENTRE OS SEGMENTOS EMPREGATÍCIOS.....	16
2.1.5 A TEORIA DA FILA POR EMPREGO.....	18
2.1.6 INSTITUIÇÕES E INFORMALIDADE.....	19
2.2 EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	21
3 CONJUNTURA INTERNA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES ENTRE TAXA DE INFORMALIDADE E ALGUMAS VARIÁVEIS.....	26
3.1 CONJUNTURA INTERNA E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIROS NA DÉCADA DE 2000.....	26
3.1.1 PANORAMA MACROECONÔMICO BRASILEIRO.....	26
3.1.2 INCERTEZAS INTERNA E EXTERNA E A RESTRIÇÃO DE CRÉDITO EM 2002.....	28
3.1.3 NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 2002 E INDICADORES DE EMPREGO NA DÉCADA DE 2000.....	31
3.2 POLÍTICAS DE EMPREGO E DE MERCADO DE TRABALHO RECENTES..	37
4 QUALIDADE DA CRIAÇÃO DE VAGAS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA: RENDIMENTOS REAIS, ESCOLARIDADE.....	41
4.1 CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	41

4.2 ESCOLARIDADE E A QUALIDADE DE EMPREGOS NAS CLASSES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	45
4.3 RENDIMENTOS REAIS.....	48
5 CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma tentativa de explicação do mercado de trabalho brasileiro que na década de 2000 teve algumas melhoras como o aumento da formalização de empregos, porém como ponto principal questiona-se até que ponto esta melhora quantitativa de vagas formais influi qualitativamente no mercado de trabalho. Isto será observado a partir de aspectos como salários dos trabalhadores, escolaridade requerida para os setores de atividade econômica que mais contratou funcionários formais no período de 2006-2011. O grau de formalidade da economia entrará na análise do presente trabalho, pois generalizadamente o emprego formal é aceito como caracterização do grau de qualidade do emprego pelo mainstream do pensamento econômico.

Na segunda seção são colocados alguns conceitos, hipóteses, caracterizações acerca das especificidades incutidas no mercado de trabalho das economias em desenvolvimento. Após uma pequena retrospectiva histórica, discutem-se teorias de mercado de trabalho como a teoria de fila por emprego, efeitos do salário mínimo sobre a marcação de salários na economia (como o efeito farol) e a hipótese de segmentação do mercado de trabalho. Neste capítulo também é discutido rapidamente os impactos das instituições, como a legislação trabalhista e o salário mínimo obrigatório, na informalidade. Por fim, é trazida a questão do conceito de empreendedorismo e como este é relacionado com o grau de desenvolvimento econômico dos países, o que envolve a importância do empreendedorismo por necessidade nos países emergentes. Também é contemplada a forma como o empreendedorismo pressiona o setor formal de emprego da economia.

Na terceira parte deste trabalho é feita uma descrição breve da conjuntura macroeconômica brasileira interna e externa na década de 2000. Isto envolve a incerteza inerente ao processo político eleitoral de 2002, e seus prováveis impactos na atividade econômica, bem como a recuperação do mercado de trabalho brasileiro. Alguns indicadores de emprego relacionados à redução da informalidade são mostrados, onde as vagas líquidas criadas são vistas pela ótica da contribuição por setores de atividade econômica e porte de estabelecimento, como também através de dados acerca dos rendimentos reais dos trabalhadores no período de

2000-2008 (Remy, Queiroz & Filho, p.9, 2011.). No capítulo quatro são feitas algumas conclusões relativas a estes dados, porém de forma a agregar mais ou menos os setores de atividade econômica, a partir dos critérios avaliativos escolhidos para avaliar a qualidade do emprego criado na década de 2000. Por fim, na seção três também se discutem brevemente alguns planos de políticas públicas de emprego realizadas na referida década, como o PNQ e o Proger e a política de qualificação do Planfor.

Todas as teorias citadas na seção dois estão relacionadas com um mercado de trabalho com certo grau de precariedade, sendo esta a parte que interessa para a análise qualitativa posterior feita no capítulo quatro. Esta análise é debruçada sobre dados do mercado de trabalho brasileiro, a partir dos setores de atividade econômica que mais criaram postos de trabalho no período 2006-2011 e relativamente aos critérios de rendimentos reais e escolaridade destes. Além disto, vê-se a dinâmica das taxas de crescimento de vagas formais de trabalho nestes setores, de forma mais ou menos agregada. Por fim, o presente trabalho tenta também realizar uma comparação entre os resultados obtidos por Remy, Queiroz & Filho (2008), com dados do período entre 2000-2008, e os resultados daquele, que abrange o período de 2006-2011. Ambos os trabalhos são análogos relativamente aos seus objetivos propostos de análise, por isto a comparação é feita.

2 MERCADO DE TRABALHO, HIPÓTESES E EMPREENDEDORISMO

Diferentemente da abordagem dos manuais, o mercado de trabalho de baixa qualificação apresenta várias especificidades. Este capítulo esclarece alguns conceitos, hipóteses, caracterizações e determinadas relações entre variáveis acerca de um mercado de trabalho precário. A formalidade do trabalho é aceita pelo mainstream do pensamento econômico como caracterização do grau de qualidade do emprego, e vem subindo historicamente em valor no País, sendo assim um fator positivo para o mercado de trabalho brasileiro.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO E ALGUMAS HIPÓTESES

Neste capítulo serão abordadas algumas características gerais do mercado de trabalho brasileiro, tanto o informal quanto o formal. Também será abordada a trajetória histórica relacionada às proporções alocativas entre estes dois setores desde os anos 1980 até meados de 2010. Além deste ponto, serão discutidas brevemente as dificuldades teóricas e conceituais acerca do mercado de trabalho informal. Será abordada a relação entre taxa de informalidade e produtividade do trabalho. Paralelamente, a taxa de informalidade se mostra associada ao empreendedorismo, de forma que esta relação também será contemplada no final do capítulo.

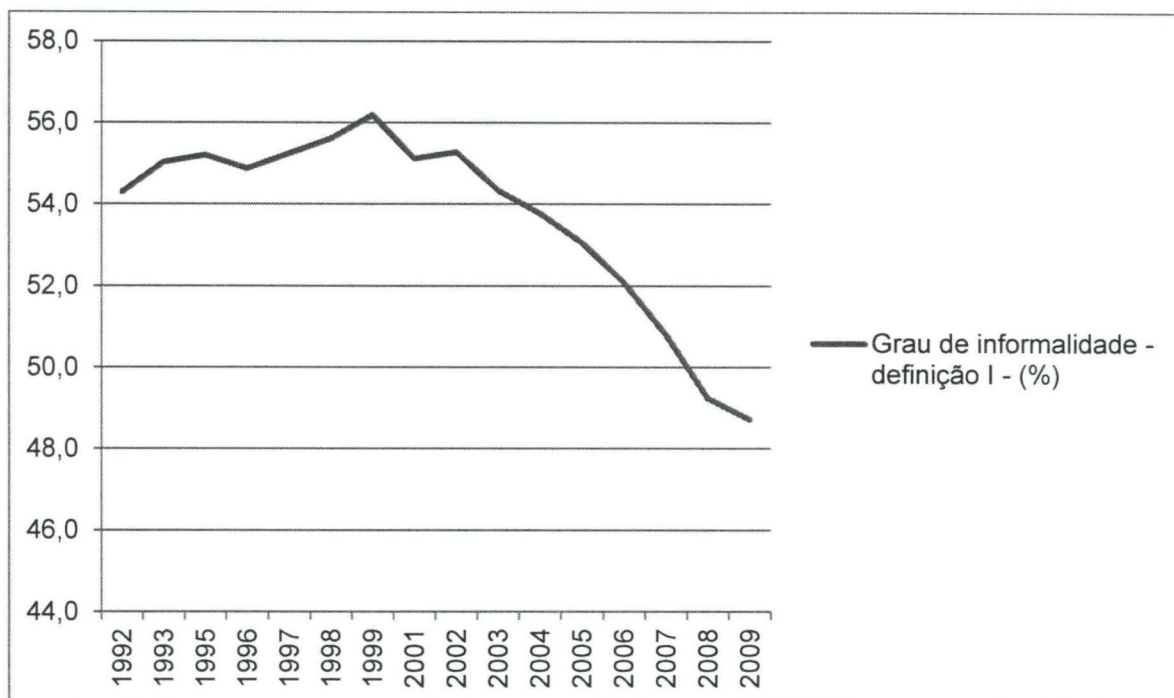
Algumas discussões serão incorporadas ao texto, tais como a política de salário mínimo e seus impactos sobre o mercado de trabalho, tanto o efeito tradicional e efeito arrasto como também os efeitos numerário e farol; a existência ou não da segmentação deste mercado entre os segmentos formal e informal, e sua relação com a questão dos diferenciais de salários e se este último é prova suficiente daquela; e a hipótese da existência de fila para postos de trabalho formais, sendo estes racionados. Para finalizar a seção 2.1 será inserido como se dá a relação entre as instituições e o mercado de trabalho. Na seção 2.2 o empreendedorismo e sua conceituação serão abordados, assim como os indivíduos que empreendem por necessidade e por oportunidade serão diferenciados. Por fim, a relação entre o empreendedorismo por necessidade e sua pressão sobre o mercado de trabalho serão discutidos.

2.1.1 A PERSPECTIVA HISTÓRICA

No começo dos anos 1980 inicia-se um processo de aumento do grau de informalidade no mercado de trabalho da economia brasileira. Em 1997 houve uma quebra no ritmo de crescimento da taxa de informalidade, porém este é retomado em 1998 até 2001 e novamente estabiliza-se (RAMOS, 2002, p.3). Ramos (2002, p.8) afirma que a expectativa para as taxas de informalidade seriam de estabilização, pois enfatiza o componente estrutural mais do que o cíclico para racionalizar o fenômeno de informalização pós-1990, e como a estrutura produtiva já estava acomodada em meados de 2000, não haveria aprofundamento do grau de informalidade da economia. Para melhor entender, com a abertura econômica ocorrida desde o começo dos anos 1990 com o Governo Collor, houve modificações na estrutura produtiva brasileira, principalmente na indústria de transformação, que foi reduzida, enquanto que o setor de serviços tendeu ao crescimento. O primeiro setor era essencialmente formado por postos de trabalho formais e o último por empregos informais, e com isso houve a realocação de mão-de-obra entre os setores do mercado de trabalho. Ainda neste artigo, Ramos (2002, p.7) mostra que a hipótese estrutural não é tão forte quanto parece ser no primeiro momento, pois enquanto o setor de serviços cresceu, o setor de transformação teve uma crescente informalização interna dos postos de trabalho, sendo estas contribuições diferentes para o fenômeno, onde a última afirmativa enfraquece a hipótese estrutural.

Através do gráfico abaixo nota-se o decréscimo contínuo do grau de informalidade na economia a partir de 2002.

GRÁFICO 1 – Grau de informalidade

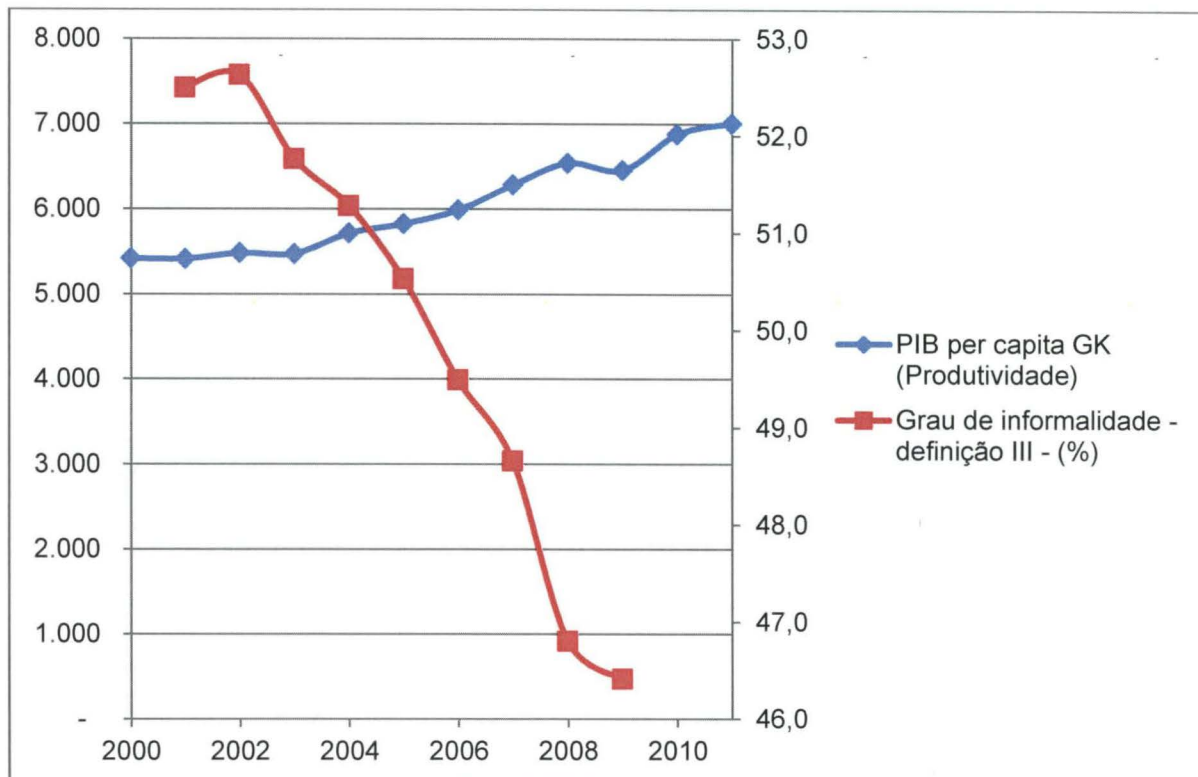


Fonte: Ipeadata. Taxa de informalidade definição I = (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

2.1.2 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E TAXA DE INFORMALIDADE

É possível visualizar no gráfico abaixo, acerca da relação entre produtividade do trabalho e taxa de informalidade, a existência de visível correlação negativa entre as variáveis. Um aumento na produtividade do trabalho está associado a menores níveis de informalidade do trabalho, dado que postos de trabalho formais são comumente associados a empregos de maiores qualidade e de seguridade social. Este tipo de argumento foca no fato de que empregos caracterizados pela formalidade possuem menor rotatividade, o que indica mais especialização, que gera mais produtividade, maior relação capital/trabalho, mais investimento tecnológico e maior qualidade de emprego.

GRÁFICO 2 – Evolução da produtividade e da taxa de informalidade na década de 2000



Fonte: Ipea e The Conference Board. Elaboração própria. *Legenda:* Taxa de informalidade definição III = (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores). PIB per capita GK = Total do PIB, em milhões dólares estadunidenses, ano-base 1990 (convertida em Geary Khamis PPPs).

2.1.3 A POLÍTICA DE SALÁRIO MÍNIMO E SEUS EFEITOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

A política do mínimo sobre as categorias de inserção ocupacional efetivas traz alguns efeitos além do efeito tradicional (efeito arrasto) sobre os trabalhadores formais¹, que recebem exatamente um salário mínimo. Os principais efeitos além deste último são os efeitos-farol e numerário, sendo o primeiro a sinalização que ocorre entre um determinado reajuste do mínimo e a reação dos indivíduos sem-carteira, ou seja, uma parcela dos trabalhadores informais que modificam seus salários em torno do novo salário mínimo. Possivelmente, essas modificações são elevações destes, sendo este um movimento comum, que ao todo levam a discretização da distribuição salarial, relativamente às categorias ocupacionais

¹ Os trabalhadores formais no Brasil são contabilizados normalmente como os que possuem carteira assinada que é obrigatória para os trabalhadores assalariados.

efetivas quanto ao mínimo, em nível geral, em torno do mínimo (NERI, GONZAGA & CAMARGO, 2001, p.80). O efeito numerário leva o salário mínimo ao cargo de um padrão de multiplicador comum para modificações salariais dos trabalhadores, por exemplo, a um salário de um trabalhador que remete a dois mínimos.

O artigo de Neri, Gonzaga e Camargo (2001) utiliza metodologicamente como medida de efetividade o número de trabalhadores que recebem um salário mínimo, e verifica assim os efeitos-farol e numerário em relação às categorias ocupacionais que são efetivas, tais como trabalhadores com e sem carteira, por conta própria e os empregadores. Como resultado, o efeito-farol é maior, ou mais identificável, no segmento “sem carteira”, fator que acentua o enunciado de que a política de mínimo é mais efetiva sobre o setor informal. O efeito numerário se destaca mais no segmento “com carteira”, onde os autores afirmam que:

“este resultado pode ser parcialmente creditado à maior renda dos assalariados formais, o que explica a maior importância dos múltiplos de mínimo acima de um salário mínimo neste segmento” (NERI, GONZAGA & CAMARGO, 2001, p.82-83).

Presumindo que os autores associam empregos informais com piores empregos, tem-se em mente que os salários formais serão mais altos quanto maior for a escolaridade ou qualificação do trabalhador.

Outros resultados encontrados neste artigo referem-se aos indicadores de pobreza e sua relação com a política de mínimo. Os autores chegam à conclusão que ocorre uma redução na proporção de pobres em valor percentual acumulado de 6% ao simular um reajuste real de 43% ao salário mínimo (dado uma curva de demanda de trabalho inelástica e a ausência de choques inflacionários), e que menos de 42% do efeito aliviador total de pobreza obtido é incidente sobre os empregados formais que ganham exatamente um salário mínimo (NERI, GONZAGA & CAMARGO, 2001, p.90). Isto reforçaria a importância dos trabalhadores informais nos efeitos provocados pelo mínimo. Porém, segundo Ulyssea (2006, p.4), ao incluir os trabalhadores não remunerados adiciona-se um viés não desprezível ao modelo dos autores acima, que pode superestimar a correlação positiva entre informalidade e incidência de pobreza.

2.1.4 A CONCEITUAÇÃO DO SETOR INFORMAL, SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS ENTRE OS SEGMENTOS EMPREGATÍCIOS

Existem dificuldades teóricas e também empíricas devido à diversidade conceitual do setor informal, que nem sempre é convergente no que concerne a definição deste como também a sua quantificação dentro de um padrão metodológico específico. No Brasil, este problema foi parcialmente contornado devido à exigência da carteira de trabalho para todo trabalhador assalariado pela legislação trabalhista (ULYSSEA, 2006, p.1). Apesar disto existem várias definições acerca do setor informal, que geralmente é associado aos trabalhadores por conta própria e os que não possuem carteira de trabalho e também por vezes adicionam-se a esta categoria os empregadores.

Além destas divergências conceituais, existem outros desacordos entre os especialistas. Um deles é a falta de consenso em relação à existência da segmentação do mercado de trabalho. A segmentação do mercado de trabalho pode ser vista como a dificuldade existente dos trabalhadores informais em transitar para o setor formal da economia, que pode ser devida por diferenças tecnológicas ou de poder de mercado entre as firmas ou advinda de uma natureza institucional. Maloney (1999, apud ULYSSEA, 2006, p.4) identifica que os fluxos de transições entre os setores ocorrem com a mesma probabilidade nos dois sentidos, e quando os trabalhadores por conta própria passam para o setor formal eles obtêm queda em seus rendimentos. Esta afirmativa fortalece o argumento de que os empregos informais não são necessariamente ruins ou piores que os postos de trabalho formais, como a concordância geral dos pesquisadores sugerem e, portanto, tende a uma análise de preferências dos trabalhadores. A disposição de um trabalhador de entrar no mercado de trabalho formal é vista como um indicador de bons contratos de trabalho formais e não uma causa da segmentação do mercado de trabalho (BARROS, 1993, apud ULYSSEA, 2006, p.5).

Ainda na literatura internacional, Gang e Van Soest (2002, apud ULYSSEA, 2006, p.6) chegam a resultados que reforçam as conclusões de Maloney (1999), segundo ULYSSEA (2006, p.5) Ao observar os trabalhadores mexicanos com baixa escolaridade, existe facilidade de intercâmbio entre os setores laborais, porém para possuintes de mais anos de escolaridade existe uma significativa segmentação do

mercado de trabalho. Na literatura nacional, Barros (1990), Neri (2002) e Curi e Menezes Filho (2004) são contrários à hipótese de segmentação, sendo que neste último os resultados encontrados foram de que a transição do emprego informal para o formal é maior do que o inverso, o que seria considerado um indício de não existência daquela (ULYSSEA, 2006, p.6). Por outro lado, estes números podem mostrar que os trabalhadores formais não queiram mudar para o setor informal por uma questão de preferência, o que reforça a tese da precarização do emprego informal.

Um indicador utilizado como causa da segmentação do mercado de trabalho são os diferenciais de salários entre os setores. Estes diferenciais ocorrem supostamente devido a fatores como “a existência de sindicatos, segregação racial e discriminação de gênero” que formam as barreiras à entrada no segmento formal de trabalho nesta hipótese (ULYSSEA, 2006, p.5).

Apesar de que não haja consenso relativamente à existência de segmentação, existe consonância em relação à escolaridade dos trabalhadores sem carteira, que possuem em geral menos anos de estudo. [Barros (1993), Cacciamali e Fernandes (1993), Fernandes (1996), Neri (2002), Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Soares (2004) apud ULYSSEA, 2006, p.6]. Curi e Menezes Filho (2004, apud ULYSSEA, 2006, p.3) se contrapõe a esta afirmativa e concluem que a proporção de trabalhadores no segmento informal aumentou em todos os níveis de escolaridade, porém principalmente para os acima de 11 anos de estudo.

Como a escolaridade está associada a qualidade, a visão corrente dos especialistas é de que os postos de trabalho informais são piores do que os formais ou são de baixa qualidade, onde os que mais precisariam ser protegidos em termos de regulação do mercado, os trabalhadores com baixa renda, não o são. Barros e Varandas (1987, apud ULYSSEA, 2006, p.3) ao analisarem o mercado de trabalho percebem que os empregos informais possuem uma rotatividade mais alta do que os formais, o que reforçaria a assertiva acima. Curi e Menezes Filho (2004, apud ULYSSEA, 2006, p.4) concluem que a taxa de permanência dos empregos informais é menor do que para os empregos formais e por conta própria, o que reforça esta ideologia. De acordo com estes autores, se a informalidade aumenta ocorre a precarização do emprego e, por conseguinte uma perda no bem-estar.

2.1.5 A TEORIA DA FILA POR EMPREGO

Os diferenciais de salários podem não ser um indício suficiente para a existência de segmentação, pois além das características observáveis dos trabalhadores é necessário uma análise integrada com as características não-observáveis dos empregos, que envolvem os fatores risco e incerteza como também os benefícios extras de participar do setor formal, por exemplo, e também as características não-observáveis dos trabalhadores que estão relacionadas com suas preferências, como rendimentos e escolha do setor (ULYSSEA, 2006, p.5). A teoria da fila não agrega os componentes não-observáveis das variáveis, porém na medida em que se coloca a suposição de barreiras à entrada no mercado formal, esta tenta demonstrar a existência da segmentação do mercado de trabalho.

A suposição de existência de fila por emprego é um indicador mais claro de segmentação do mercado de trabalho do que a existência dos diferenciais de salário entre os setores formal e informal. A existência desta fila, como também da segmentação do mercado, se tornariam visíveis por alguns sinais, como a não obtenção do posto desejado no emprego formal por um trabalhador que possui as mesmas características observáveis do que outro que consegue o emprego. (MALONEY, 1997, apud SOARES, 2004, p.7)

A teoria da fila supõe que os empregos formais sejam escassos e que a probabilidade de entrada neste setor não seja igual a probabilidade de disposição de um trabalhador estar no setor formal. A probabilidade real de entrada no segmento formal seria a junção de dois processos independentes de decisão: a probabilidade de disposição do trabalhador de entrar na fila por emprego mais a probabilidade de ser escolhido desta por um empregador (SOARES, 2004, p.9). Ou seja, o modelo leva em conta as preferências dos trabalhadores, porém adiciona barreiras à entrada no segmento formal de trabalho.

Soares (2004, p.50) chega ao resultado de que não é possível rejeitar a hipótese de existência de fila por emprego a partir dos testes Abowd e Farber (1982) e Mengistae (1998). Além disto, ao estimar o “comprimento” da fila, o autor conclui que os trabalhadores não-caucasianos, de sexo feminino, analfabetos, sem experiência no mercado de trabalho e ex-trabalhadores informais formam o grupo de pessoas com a mais baixa probabilidade de serem escolhidos da fila pelos empregadores.

2.1.6 INSTITUIÇÕES E INFORMALIDADE

Existem diversas óticas da relação entre as instituições e a informalidade. Uma delas é a escolha das empresas (lado da demanda por trabalho) em operar no mercado formal ou informal, dado uma regulação governamental tal como a política do salário mínimo obrigatório (ULYSSEA, 2006, p.9). Na análise de Rauch (1991, apud ULYSSEA, 2006, p.9) leva-se em conta os custos de operar no setor formal de trabalho, e estes aumentam com o tamanho da empresa, medido pelo número de funcionários. Dado uma heterogeneidade produtiva e um mínimo estipulado pelas entidades governamentais, segundo Rauch (1991), as empresas que se situarão no setor informal serão as de pequeno porte e de pequena capacidade produtiva, para “fugir” do cumprimento da legislação do salário mínimo. Loayza (1996, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.9) relaciona o tamanho do setor informal com as taxas impostas pelo governo, concluindo-se que estas variáveis correlacionam-se positivamente. O autor também observa que o tamanho do setor informal será negativamente correlacionado à efetividade executiva da legislação das instituições e à qualidade destas.

Em uma análise de decisão dos trabalhadores por oferta de trabalho, se leva em conta os benefícios extras como o salário no setor formal, e também um sistema de impostos que seria relacionado positivamente ao tamanho do segmento informal, se os trabalhadores tivessem aversão ao risco, este último demonstrado em Jung (1994, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.9.). Lemieux (1994, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.9) conclui em seu trabalho que as horas trabalhadas no setor informal apresentam elasticidade elevada e negativa relativamente ao salário praticado no setor formal, que é um resultado significativo para as classes beneficiadas pelo sistema de previdência social, por exemplo, e menos significativo para trabalhadores médios que possuem pequena probabilidade de entrar no setor formal.

A legislação trabalhista é vista como uma causa da segmentação do mercado de trabalho para outros pesquisadores, e é classificada como uma instituição vigente. Porém, para que a segmentação seja factual é preciso que a lei, segundo Pero (1992, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.4):

“(i) Ela imponha restrições efetivas ao funcionamento do mercado de trabalho; e (ii) que o controle de seu cumprimento seja conduzido de

maneira ineficiente, de forma que a restrição seja efetiva para apenas alguns agentes. (ULYSSEA, 2006, p.4)

Existem, portanto, incentivos à informalidade tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores, devido à rigidez contratual e custos impostos pela legislação trabalhista, o que explicaria as altas taxas de informalidade no mercado de trabalho brasileiro (ULYSSEA, 2006, p.11). A falta de flexibilidade da legislação trabalhista também é um indicador de existência de fila por emprego. (SOARES, 2004, p.2). Um fato surpreendente é que a legislação trabalhista é mais efetiva no segmento informal do que no formal, sendo um exemplo disto o efeito-farol provocado pela política do mínimo, vista na Seção 2.1.3.

Porém, para um melhor poder preditivo das taxas de informalidade e sua evolução ao longo do tempo, é necessário que existam análises integradas acerca da relação entre instituições e informalidade. Alguns avanços foram feitos por Acemoglu (2001), Cavalcanti (2001) e Fugazza e Jacques (2003), onde há a tentativa de interrelacionar os principais indicadores e variáveis do mercado de trabalho, como o seguro-desemprego, desemprego, tamanho do setor informal e produtividade média da economia [Acemoglu (2001), Cavalcanti (2001) e Fugazza e Jacques (2003) apud ULYSSEA, 2006, p.12-13]. Cavalcanti (2001, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.12) conclui que o seguro-desemprego tem efeitos negativos sobre a composição do emprego, ou seja, se o seguro-desemprego aumentasse a informalidade cresceria no mesmo sentido. A partir disto pode-se concluir que o autor considera os postos de trabalhos do setor informal ruins. Já Fugazza-Jacques (2003, citado por ULYSSEA et al., 2006, p.12-13) consideram que um aumento no seguro-desemprego reduziria a informalidade, por ser um benefício extra para o empregado do setor formal.

2.2 EMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Empreendedorismo é toda criação de um novo negócio próprio, atividade autônoma ou expansão de um empreendimento estabelecido, onde este pode ser formal ou informal (GEM, p.7, 2012). Estes empreendimentos podem ser classificados, no aspecto motivação, por oportunidade, isto é, o empreendedor deseja incrementar sua renda pessoal, obter independência, entre outros, ou por necessidade, um conceito autoexplicativo.

O perfil do empreendedor é avaliado a partir da faixa etária, de renda, escolaridade e gênero. A TEA 2012 brasileira representa a faixa entre 25-34 anos em 19,2%, e relativamente a faixa etária dos empreendedores iniciais mostra que a população mais jovem é mais ativa no que concerne o empreendedorismo. No tocante a faixa de renda, o Brasil possui a mesma tendência que os demais países participantes da pesquisa, quanto maior a faixa de renda maior será a taxa para empreendedores iniciais (TEA). A mesma relação se repete para os empreendedores estabelecidos, o que sinaliza o crescimento dos empreendedores por oportunidade (GEM, p.53, 2012).

Relativamente ao nível de escolaridade, a taxa para empreendedores iniciais é maior para a faixa de indivíduos que possuem curso superior completo, especializações e mestrado incompleto, 17,6%. A distribuição brasileira entre as faixas de escolaridade se parece com as dos demais países. Para os empreendedores estabelecidos, a taxa de empreendedorismo é maior quanto maior for a escolaridade do indivíduo, 17,1%, que possui mestrado completo e doutorado completo e incompleto. Neste caso o Brasil destoa da média dos outros países e se aproxima mais dos países classificados por impulsionados por inovação, e mesmo assim, superando-os. (GEM, p. 55, 2012) Porém, relativamente a 2010, o Brasil apresenta o menor indicador de inovação entre todos os países participantes da pesquisa da GEM, enquanto o Chile é o primeiro colocado. Uma maior expectativa de exportação geralmente indica maiores esforços inovadores, pois incentiva P&D, porém o baixo nível de intenções brasileiras de inserção internacional pode ser relacionado ao apelo de suprir a demanda pelo mercado interno e a factibilidade de uma menor população fronteiriça (GEM, p.12, 2009).

No Brasil, apesar de a proporção por gênero de empreendedores ser equilibrada (53% empreendedoras e 47% empreendedores), a razão oportunidade/necessidade relativamente a este aspecto sempre demonstrou maioria dos homens, pelo menos até 2009, quando as mulheres ultrapassaram eles em 6,8 pontos percentuais de proporção. Esta perspectiva histórica demonstra que as mulheres empreendem por necessidade para incrementar a renda da família, ou também por atualmente se tornarem a chefe de família. (GEM BRASIL, p.9, 2009).

O perfil do empreendedor inicial brasileiro se concentra em atividades econômicas centradas nos setores extrativistas, de transformação e o de serviços, este último se bipartindo entre serviços ao consumidor e as empresas. Este serviço

às empresas pode ser um indicador de amadurecimento do empreendedorismo, já que a relação comercial empresa-empresa tende a ser mais qualificada (GEM, p.6, 2007). As atividades mais relevantes relativas à proporção de 100 empreendedores no total, em 2007, são nos setores de serviços orientados aos consumidores (54,5) e no de transformação (29,9). Segundo Feijó, Silva e Souza (2009, p.341-345), todas as atividades citadas estão relacionadas à informalidade em algum grau (alta, média ou baixa informalidades), sendo então possível crer em uma relação positiva entre empreendedorismo por necessidade e informalidade.

O perfil do empreendedor também é observado por motivação segundo sua situação laboral, que pode ser informal (dona de casa, empregado sem registro, entre outros) ou formal (aposentado, autônomo com registro, empregado com registro, entre outros). Além dos empreendedores que informam seu negócio próprio como o principal, a maior TEA 2007 foi para o segmento de autônomo com registro, 30,6% e secundariamente o segmento de empregado sem registro, 23%. Em 2007, nota-se que 37% da TEA 2007 é somatório de indivíduos que normalmente se encaixam em categorias características de empreendedorismo por necessidade, cujas são empregados sem registros de carteira de trabalho, desempregados e donas de casa (GEM, p.9, 2007). Estes dados demonstram novamente a importância do empreendedorismo por necessidade para os países em desenvolvimento como o Brasil, unido ao conceito de informalidade.

No Brasil, o percentual de empreendedores iniciais² que começam um novo negócio por oportunidade, relativamente aos por necessidade, é maior do que para os empreendedores estabelecidos³. Isto mostra que a maior participação de empreendedores por oportunidade, que sinalizaria um ambiente econômico favorável. De 2001 a 2002, houve um aumento da atividade empreendedora por oportunidade proporcionalmente aos por necessidade, em um movimento mundial. A partir de 2003, o Brasil retoma o crescimento do empreendedorismo por oportunidade, até atingir em 2007 o valor de 57% da população de empreendedores iniciais no Brasil (GEM, p.5, 2007). Em 2010, a cada um empreendedor por necessidade existiam 2,1 que empreendiam por oportunidade. A razão oportunidade/necessidade para empreendedores nascentes é superior à verificada

² Empreendimentos nascentes tem até três meses de existência, considerando como marco inicial o pagamento de salário a empregados ou a remuneração dos proprietários (GEM BRASIL, p. 39, 2012).

³ Empreendimentos existentes há mais de 42 meses.

na TEA desde 2004 (GEM, p.6, 2010). Entre 2008 e 2009, esta razão para empreendimentos nascentes subiu de 2,6:1 para 2,9:1, enquanto que para os empreendimentos iniciais diminuiu (GEM, p.9, 2010). Segundo a pesquisa da GEM (2012, p.90), “A partir de 2007, há um ‘descolamento’, de forma que, em 2012, a taxa de empreendedores iniciais por oportunidade chega a ser 2,3 vezes superior à por necessidade, correspondendo à maior diferença entre essas taxas desde 2002”.

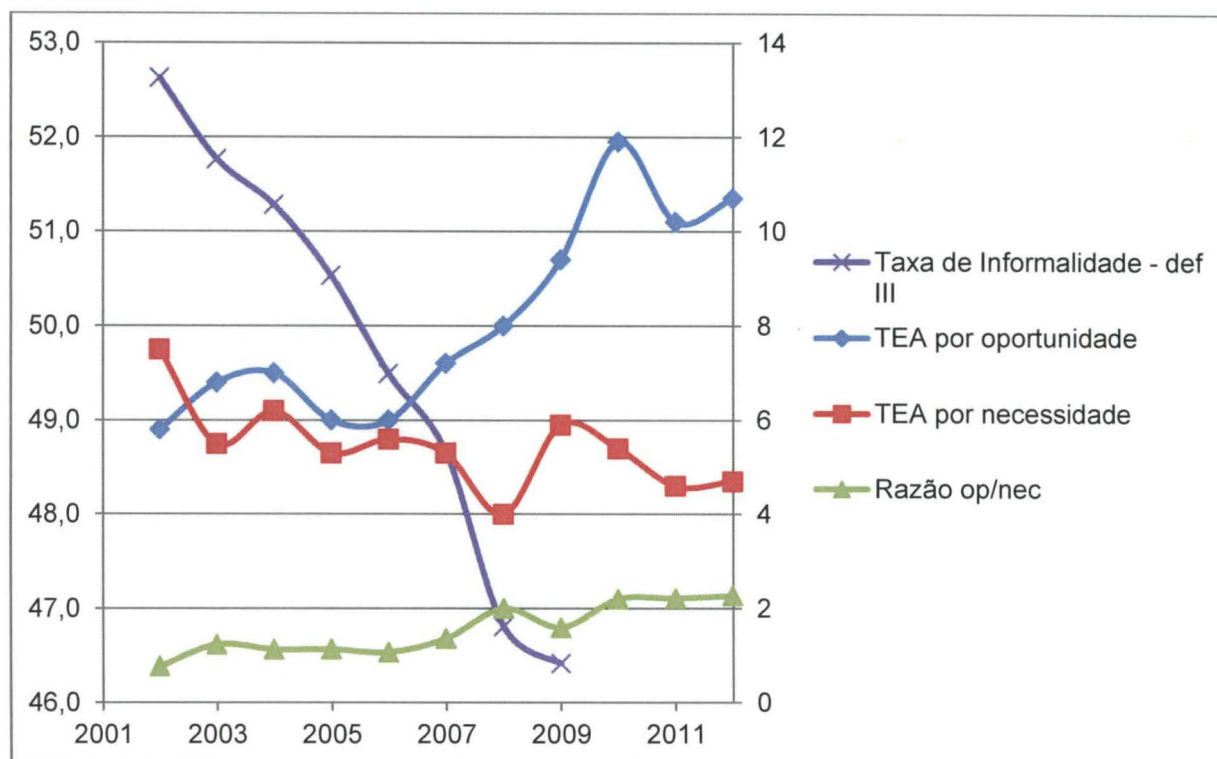
A proporção oportunidade/necessidade é superior nos países mais desenvolvidos, classificados em impulsionados pela inovação, relativamente aos demais países. Aquela proporção média é de 3,5. O Brasil com a razão de 2,1 se encontra abaixo da média dos países da América Latina impulsionados por eficiência, que é 2,5, porém mais perto da média geral mundial dos países impulsionados por eficiência, 2,2 (GEM, p.7, 2010). Para os países em desenvolvimento, o empreendimento por necessidade é uma característica importante do mercado de trabalho, assim como a informalidade. Porém o País melhorou aquela razão, de forma que os empreendedores por necessidade diminuíram e os empreendedores por oportunidade de negócio aumentaram.

O empreendedorismo deve ser visto através da relação que este propõe ao emprego formal, e como aquele pressiona o mercado de trabalho. Se o empreendedorismo por necessidade está associado à informalidade do trabalho e este aumentar, haverá menor incidência de formalização dos novos negócios na economia. Se os empreendedores por necessidade diminuem relativamente aos que empreendem por oportunidade, haverá menor incidência de informalidade na economia, porém esta intensidade da causalidade entre as variáveis dependeria do coeficiente angular do empreendedorismo por necessidade relativamente à formalidade do trabalho. O empreendedorismo por necessidade vem diminuindo para o Brasil e isto é observável no GRÁFICO 3.

Associa-se a ligação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, e como aquela variável se relaciona com a redução da informalidade do trabalho. Observa-se que quando a taxa de informalidade diminui, a razão entre empreendedorismos por oportunidade e por necessidade aumenta o que reitera o conceito de melhores empregos no setor formal da economia. O GRÁFICO 3 mostra relações entre empreendedorismo e informalidade do trabalho, onde observa-se correlação negativa entre a última variável e o empreendedorismo por oportunidade,

e correlação positiva entre informalidade do trabalho e empreendedorismo por necessidade. Isto não necessariamente envolve causalidade entre elas.

GRÁFICO 3 – Evolução da taxa de informalidade e do empreendedorismo na década de 2000



Fonte: Relatório GEM Empreendedorismo e Ipea.

É visível a tendência de crescimento da taxa de empreendedorismo inicial (TEA) por oportunidade relativamente à taxa de empreendedorismo (TEA) por necessidade conforme a taxa de informalidade do emprego cai visivelmente ao longo do período 2001-2009. Este aumento da razão de empreendedorismo por oportunidade relativamente por necessidade ao longo do tempo, ou seja, o aumento de empreendedores por oportunidade a cada um empreendedor por necessidade significa uma melhora no cenário do mercado de trabalho brasileiro, que teve reduções de aberturas de negócios para sobrevivência relativamente a aumentos de empreendedores que veem uma nova oportunidade de negócio e de investimento.

3 CONJUNTURA INTERNA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES ENTRE TAXA DE INFORMALIDADE E ALGUMAS VARIÁVEIS

Este capítulo visa observar a conjuntura econômica na qual a redução da informalidade do trabalho na década de 2000 está inserida. Melhores condições macroeconômicas como as estabilidades de preços e institucional aliadas à queda da incerteza política após o início do primeiro mandato do Governo Lula, podem ter influenciado naquele fenômeno. Houve fatores importantes como as políticas de consumo de massa que guiaram os governos nesta década, onde os investimentos foram puxados por esta demanda de classes baixas. Políticas de mercado de trabalho como o aumento da qualificação dos trabalhadores, intermediação de mão-de-obra e seguro desemprego também serão contempladas ligeiramente no fim do capítulo, assim como uma breve discussão acerca da diferença de natureza deste tipo de política e da política de emprego.

3.1 CONJUNTURA INTERNA E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIROS NA DÉCADA DE 2000

Nesta subseção visa-se observar a conjuntura econômica na qual a redução da informalidade do trabalho na década de 2000 está inserida, assim como melhores condições macroeconômicas e institucionais aliadas à redução da incerteza política após o início do primeiro mandato do Governo Lula.

3.1.1 PANORAMA MACROECONÔMICO BRASILEIRO

Na década de 2000, o Brasil já se encontrava sob regime de câmbio semiflutuante, sendo recente a desvalorização cambial de 1999. Entre 1999 e 2003, apesar da austeridade fiscal e monetária, como também metas de inflação rígidas, taxas de juros altas comparativamente às internacionais, o que estimulava a entrada de capitais e superávits fiscais, o mercado de trabalho já encontrava melhor evolução da formalidade. A questão dos superávits fiscais é que estes serviriam como uma âncora para as expectativas dos agentes, pois mostraria o compromisso do Governo com seus haveres financeiros, na visão econômica convencional.

Apesar das incertezas ocorridas em 2001, provenientes dos atentados aos EUA e da moratória e crise argentinas, o comércio internacional estava favorável. Apesar do crescimento econômico moderado brasileiro, a partir de 2002 a balança comercial passou a registrar superávits, o que permitiu aumentar a confiança dos agentes em relação à economia, principalmente em 2003 após as eleições presidenciais consolidadas, pois isto demonstra positividade acerca do crescimento econômico em si.

Segundo Cardoso (2007, p.9-10), a partir de dados da PNAD, os índices de desemprego relativos e absolutos, passaram a crescer menos entre o período de 1999-2003 e já entre 2004-2006 houve redução da taxa de desemprego aberto. Nestes dois períodos a informalidade e o grau de desproteção previdenciária também diminuíram, especialmente após 2003, reiterando a diminuição do ambiente de incerteza após as eleições presidenciais. Além deste fator “incerteza” ter sido reduzido, ocorreram expansões do crédito, do salário mínimo real e das políticas sociais.

O salário mínimo que é um marcador formal de salários, como já discutido na seção 2.1.3, tem o poder de homogeneizar a distribuição salarial, devido aos seus diversos efeitos sobre as categorias de trabalho. José Cardoso (2007, p.8) reitera esta afirmação de modo generalizado:

O padrão de assalariamento formal permitia, ainda, organizar os fluxos de mercado de trabalho de modo a favorecer um tipo de convívio humano não disruptivo, na verdade homogeneizador da estrutura social. (CARDOSO, 2007, p.8)

As expansões e diversificações de destino do crédito do sistema financeiro nacional, como a maior concessão de empréstimos a pessoas físicas como também ao empresariado privado aponta aumentos nas taxas de investimento na composição final do PIB pela ótica da demanda. (CARDOSO, 2007, p.31). Além deste efeito, o crédito possui correlação positiva com a ocupação do trabalho, e por esta ser gerada a partir de demandas empresariais e pública em vez do empreendedorismo por necessidade, possui maior sustentabilidade no tempo. Outro fator mencionado pelo autor como elemento que contribui para o crescimento sustentável de vagas de trabalho formal é a economia voltada às exportações.

As políticas sociais se destacam nesta década e se dividem em duas frentes para Cardoso: as que afetam diretamente o emprego, e as que afetam indiretamente

o emprego. As políticas de expansão de serviços sociais incluem novas vagas de emprego formal com profissionais qualificados, nos serviços de educação e saúde⁴. Estas políticas também apresentam renda nominal permanente e cumulativa, assim como as políticas de transferências de renda, que se encaixam no segundo tipo de política social. Esta estabilidade de renda nominal se torna demanda agregada permanente aos mercados locais, o que beneficia principalmente pequenos e mais pobres municípios (CARDOSO, p.23, 2007)⁵.

Não se pode estar desconexo o movimento de políticas públicas direcionadas ao consumo de massa, onde a demanda agregada, como também a economia são estimuladas desta forma. O emprego desta maneira é composto, ao longo do tempo, de empregos característicos aos observados neste trabalho, relativamente às faixas de escolaridade e de rendimentos. Esta afirmação de conotação negativa relativamente às qualidades dos postos de emprego criados na década pode ser contestada, porém. Se houve ascensão social das classes mais baixas, e geração de empregos relacionada também às políticas de transferências de renda, estes novos postos de emprego estão relacionados com uma melhoria social.

3.1.2 INCERTEZAS INTERNA E EXTERNA E A RESTRIÇÃO DE CRÉDITO EM 2002

Com o processo eleitoral presidencial, que ocorreu entre 06/10/2002 à 27/10/2002, houve aumento na incerteza dos agentes econômicos, tanto em relação ao investimento, decisão das empresas, quanto ao consumo de bens de maior valor unitário, decisão das famílias, que acabaram sendo postergadas para o futuro. Neste momento, ocorreu o aumento do risco país, pela apreensão dos agentes econômicos relacionada à continuidade ou descontinuidade da austeridade

⁴ Os setores de saúde humana e serviços sociais foram um dos setores com maior estoque de emprego em 2011 (GRÁFICO 8). É empiricamente questionável a qualidade dos empregos criados neste setor tanto em termos de qualificação dos novos trabalhadores, que possuem de 12 a 13 anos de escolaridade, ou seja, o ensino médio completo (GRÁFICO 11.a), como também a nível de rendimentos, pois eles se encontram na faixa salarial de até dois salários mínimos (GRÁFICO 12.f), pois apesar deste setor se encontrar na média de todos os outros setores nos dois aspectos, a crítica deste trabalho se faz à precariedade das vagas criadas nesta década.

⁵ Ver Cardoso (2007), para verificar evolução de benefícios emitidos pelo INSS, MTE, como também a evolução do número de profissionais em saúde e educação na década de 2000, dentre outros programas federais.

monetária e o compromisso com a estabilidade do nível de preços pelo novo governo. Esta incerteza, como também a incerteza externa, causou volatilidade no câmbio e diferentes tendências para a taxa básica de juros (Selic) entre o primeiro e segundo semestres. Com a vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, a depreciação cambial chegou a R\$3,63/dólar, recrudescente a dívida pública atrelada ao dólar (REMY, QUEIROZ & FILHO, p.4, 2011).

A importância da taxa de juros básica neste contexto se dá pela mudança de regime monetário para regime de metas para inflação. A taxa de juros foi escolhida como meta intermediária para adequação ao novo regime monetário, o regime de metas de inflação, visando o controle do nível de preços. Esta foi uma tendência mundial de mudança de regime monetário, observada em diversos países como Nova Zelândia, Canadá e Reino Unido, no começo da década de 1990 (MISHKIN, p.299, 2000). No primeiro semestre a taxa Selic apresentava tendência decrescente, fato que estimulava a alocação de volume financeiro nos títulos pré-fixados, como as Notas do Tesouro Nacional – NTN-D. No segundo semestre, como houve alta na taxa de juros, causada pela incerteza nos cenários econômicos interno e externo e também para controlar o nível de preços, os investidores passaram a preferir os títulos pós-fixados corrigidos pela Selic –LFT. Pelo cenário adverso do aumento das taxas de inflação nos meses finais do ano de 2002, as maiores desde a implantação do Plano Real, houve também tendência à escolha por títulos públicos federais indexados ao IGP-M.

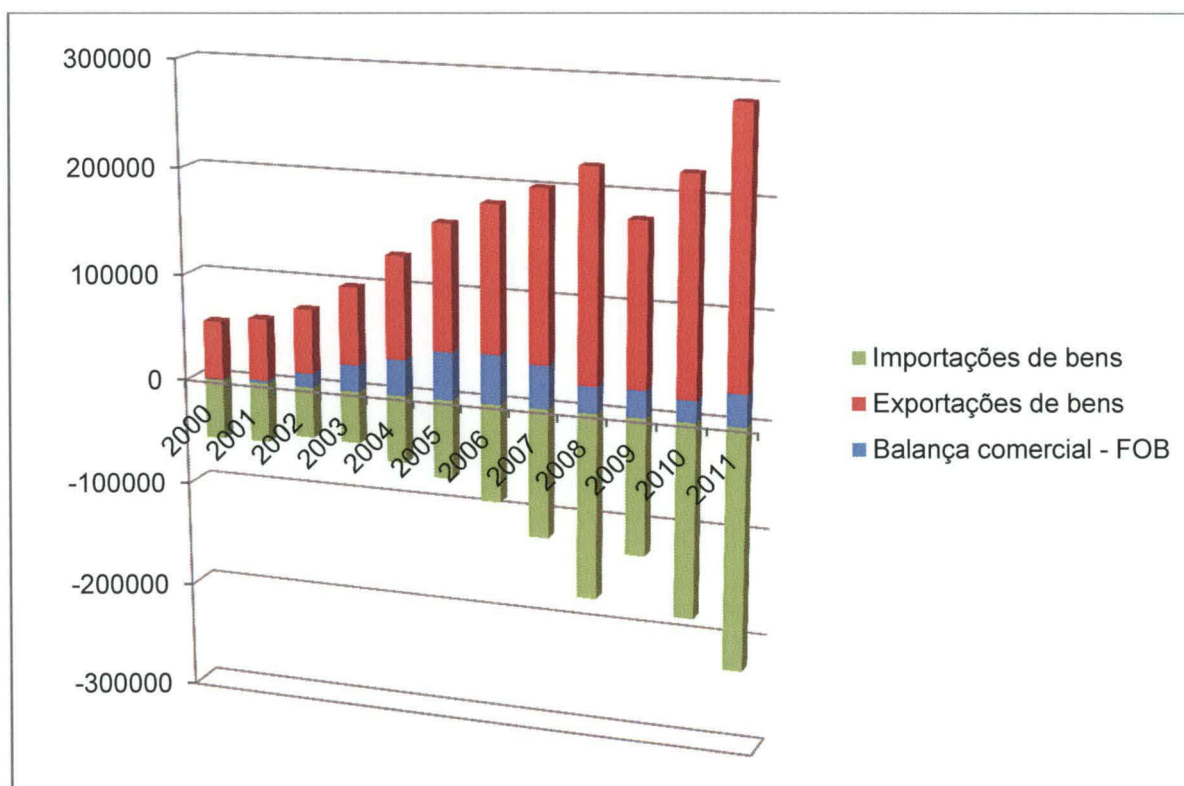
A meta operacional do Banco Central que girava principalmente em torno da emissão de títulos públicos federais muda a partir de maio de 2002, devido a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando passa a englobar políticas monetária e cambial. O Banco Central passa a atuar no mercado de derivativos, através do swap cambial combinado a títulos atrelados à taxa Selic (LTF), aumentando o volume financeiro para este tipo de operação, considerando o menor risco inerente a esta.

A mencionada incerteza externa se deve principalmente ao desempenho econômico estadunidense, que foi superestimado naquele ano. Além disto, as fraudes contábeis de algumas empresas americanas e europeias de capital aberto trouxeram instabilidade e incerteza nos mercados financeiros, o que impactou negativamente nas bolsas de valores e nas expectativas de investir dos agentes, que decidiram investir no futuro, e por fim, no nível de atividade. A expectativa de conflito armado entre Iraque e Estados Unidos criou volatilidade nos preços do

petróleo, tornando-se outro fator desfavorável para as economias (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p. 11, 2002).

Todas estas incertezas, externa e interna, como também as crises e volatilidades dos mercados favoreceram às restrições de crédito principalmente para os países emergentes assim como retrações na conta capital e financeira na captação de recursos externos de longo prazo e diminuições de investimento estrangeiro entre 2001 e 2002 (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p. 159-168, 2002). Isto foi contrabalanceado no Brasil pela redução do déficit das contas correntes, e mais tarde, ao longo da década registraram-se superávits comerciais. Estes superávits comerciais, a partir de 2001, inclusive foram fatores que influenciaram na melhora de expectativas dos agentes em relação à atividade econômica e na diminuição de incerteza, por conseguinte. O GRÁFICO 4 mostra a evolução da balança comercial brasileira durante a década de 2000:

GRÁFICO 4 – Evolução da balança comercial brasileira na década de 2000



Dados: MDIC/Secex - Fonte: BACEN. Elaboração própria.

É importante observar no gráfico acima que mesmo durante a crise mundial de 2008 houve superávits comerciais entre 2008-2009.

Os fluxos de crédito destinados aos setores privados e de comércio exterior sofreram severa diminuição, porém a necessidade de financiamento foi suprida em parte pelo Programa de Assistência Financeira (PAF) do Fundo Monetário Internacional (FMI), e por outro lado pelo BNDES, este último socorrendo principalmente o setor agrícola e de serviços de comércio exterior, este último relacionado com a indústria de transformação que foi injetada com 45,9% do total de desembolsos do BNDES em 2002 (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p.62, 2002).

No ano de 2002 em especial, devido às restrições externas de crédito, e ao conservadorismo das instituições financeiras privadas devido à incerteza inerente ao processo eleitoral, houve maior inserção do sistema financeiro público nos empréstimos creditícios de médio e longo prazos. O volume de desembolsos para empréstimos do BNDES participou desta tendência, que apresentou aumento nominal de 48,4% em relação a 2001 (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p.22, 2002). Além deste novo ímpeto ao papel do BNDES, houve também um processo de desaceleração das privatizações na década de 2000.

O saldo das operações de crédito foi estável no ano de 2002, devido ao crescimento moderado do nível de atividade da economia, como também pelas incertezas conjunturais que levaram a expectativas negativas dos agentes para a tomada de empréstimos, relativas à taxa de juros crescente e à volatilidade da taxa de câmbio no segundo semestre. As instituições financeiras que optaram pelo conservadorismo apesar da redução da taxa de inadimplência da economia, devido ao ambiente de incerteza, tornaram a concessão de novos empréstimos mais seletiva e destinada a agentes que possuíssem maiores garantias financeiras.

A restrição externa neste ano também prejudicou a concessão de empréstimos, onde a volatilidade do câmbio brasileiro e a contração de financiamentos externos dificultou a renovação de crédito no setor privado brasileiro, obrigando as empresas a se desfazerem de aplicações para honrarem seus compromissos no exterior (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p. 60, 2002).

Apesar destes fatos ocorridos nos primeiros anos da década, a tendência de captação de recursos creditícios da década foi de crescimento principalmente após 2003, e reflete o crescimento da participação do setor privado e das pessoas físicas.

3.1.3 NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 2002 E INDICADORES DE EMPREGO NA DÉCADA DE 2000

O nível de atividade econômica foi moderado no ano de 2002, devido às incertezas no ambiente político-econômico. O crescimento econômico foi influenciado primordialmente pelo setor primário e no segundo semestre pelo comércio varejista, através dos desembolsos dramáticos do FGTS, superior a R\$ 7 bilhões, gerando impulsos de demanda que incentivaram o consumo agregado de duráveis de menor valor em 2002 (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p. 15-17, 2002).

A produção agrícola foi beneficiada com a depreciação cambial e além deste fato, foi concedido grande volume de crédito rural, pelo BNDES⁶, por exemplo, e houve ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

O recrudescimento das exportações além de beneficiarem o setor rural, trouxeram benefícios aos setores comercial e industrial, que por sua vez influenciaram positivamente o setor formal. Porém, segundo Cardoso (2007, p.35), estes resultados provenientes para todos os setores mencionados poderiam ser prejudicados com a valorização cambial, entrando na armadilha câmbio/taxa de juros. Se os juros estão altos, os investimentos serão baixos, assim como prejudicará o setor creditício, pois serão tomados menos empréstimos. Com o câmbio desvalorizado, esta se torna a dinâmica macroeconômica da economia da década, que incita os aumentos do crescimento das exportações frente à taxa de crescimento das importações, do investimento e do consumo. Ocorrendo a valorização do câmbio, a economia sofreria com o desaquecimento proveniente desta dinâmica.

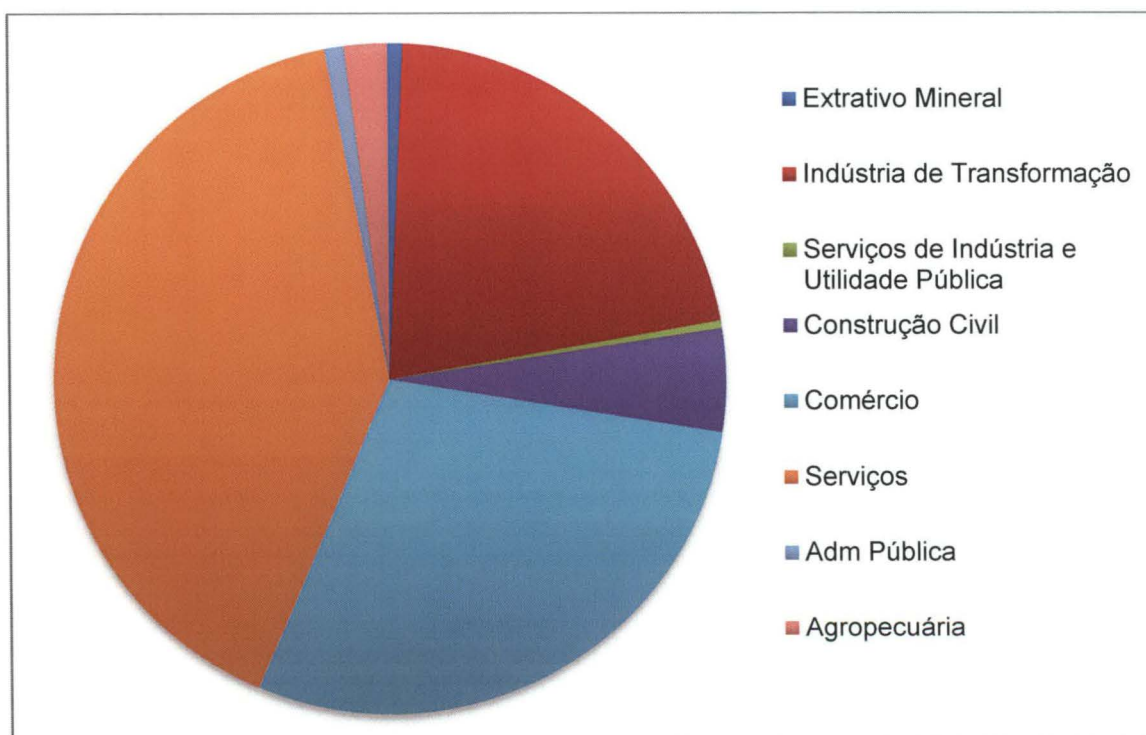
No que concerne os indicadores de emprego em 2002, ocorreu aumento de postos de emprego formais, inclusive crescimento recorde das vagas no setor formal em valor 762,4 mil novas vagas em todo país, porém ocorreu crescimento também

⁶ Em 2002, “Os recursos destinados pelo BNDES foram elevados para R\$2,83 milhões, acréscimo de 22,5% relativamente ao total assinalado no ano-agrícola anterior. Serão alocados R\$2 bilhões na continuação de programas específicos, dos quais R\$1 bilhão no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota); R\$360 milhões no Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto); R\$200 milhões no Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo); R\$100 milhões no Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite); e R\$230 milhões na Cacaucultura.” Boletim do Banco Central.

de empregos informais, 100 mil novas vagas nas regiões metropolitanas, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p.35-36, 2002). De acordo com a PME, houve intensificação da informalidade do trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, se considerado os empregados sem carteira assinada, em 4,5% ao ano. Comparativamente, os empregados com carteira assinada cresceram em 2,9% nas mesmas regiões consideradas.

A evolução expansiva por setor de atividade se deu em maior escala nos setores de serviços e comercial, com quase 70% das vagas líquidas entre 2000 e 2008. O movimento de terceirização de serviços às empresas nos anos 1990 provavelmente ajudou neste sentido. A indústria de transformação também teve alto desempenho na criação de vagas ao longo do período, apesar do seu comportamento em relação ao mercado de trabalho ser irregular. (REMY, QUEIROZ & FILHO, p.7-8, 2011). O GRÁFICO 5 mostra a contribuição setorial à criação líquida de vagas:

GRÁFICO 5 – Criação líquida de vagas formais por setor de atividade no período 2000-2008



Fonte: REMY, QUEIROZ & FILHO, p.8, 2011.

Apesar do resultado positivo em relação à evolução do mercado formal de trabalho, o nível de desemprego aumentou em 2002, pois ocorreu aumento da

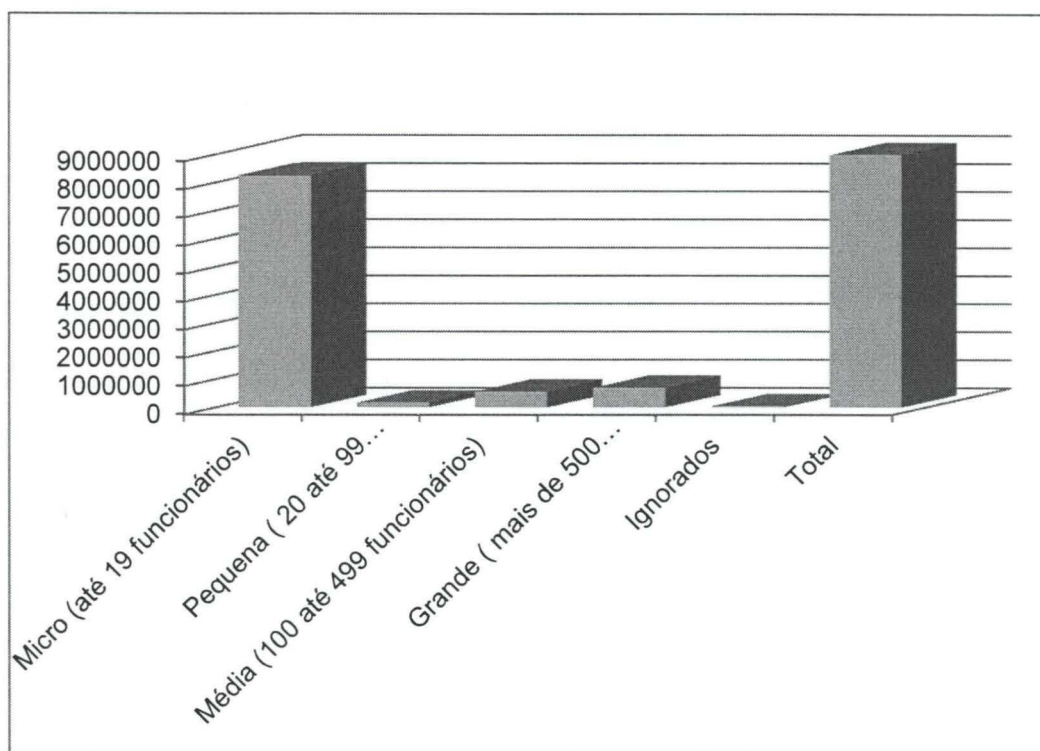
população economicamente ativa, que cresceu 3,7% em 2002, relativamente à taxa de crescimento de ocupações, 2,6%, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE. Este aumento na taxa de desemprego pode sugerir que talvez pelo aumento do seguro-desemprego em 1,7% no ano, dados do MTE, aquele seria parcialmente desemprego friccional.

As vagas formais líquidas criadas ao longo da década são de baixa qualidade, tomando como indicadores as faixas de rendimentos e a escolaridade. A maior parte das vagas criadas entre 2000 e 2008, de acordo com o grau de instrução, se situa entre a 8ª série completa e o 2º grau completo, onde a tendência foi de aumento de vagas para 2º grau completo, provavelmente pelo crescimento do setor de serviços, enquanto quase não foram criadas novas vagas para mestrandos e doutorandos. Isto indica ambiguidade no efeito da educação sobre a qualidade do emprego formal criado na década de 2000 (REMY, QUEIROZ & FILHO, p.13, 2011).

A criação de vagas formais líquidas de acordo com o tipo de estabelecimento é também um fator de análise para Remy (et al, p.9, 2011). A maior parte da criação líquida de empregos formais se deu no âmbito das microempresas⁷, com 8.260.173 vagas e em segundo lugar as grandes empresas com 699.359 novas vagas, como o GRÁFICO 6 mostra a seguir:

⁷ Segundo a classificação SEBRAE de porte de empresas.

GRÁFICO 6 - Vagas líquidas segundo porte de estabelecimento no período de 2000 a 2008



Fonte: Remy, Queiroz & Filho, p.9, 2011. Dados: CAGED/MTE 2010.

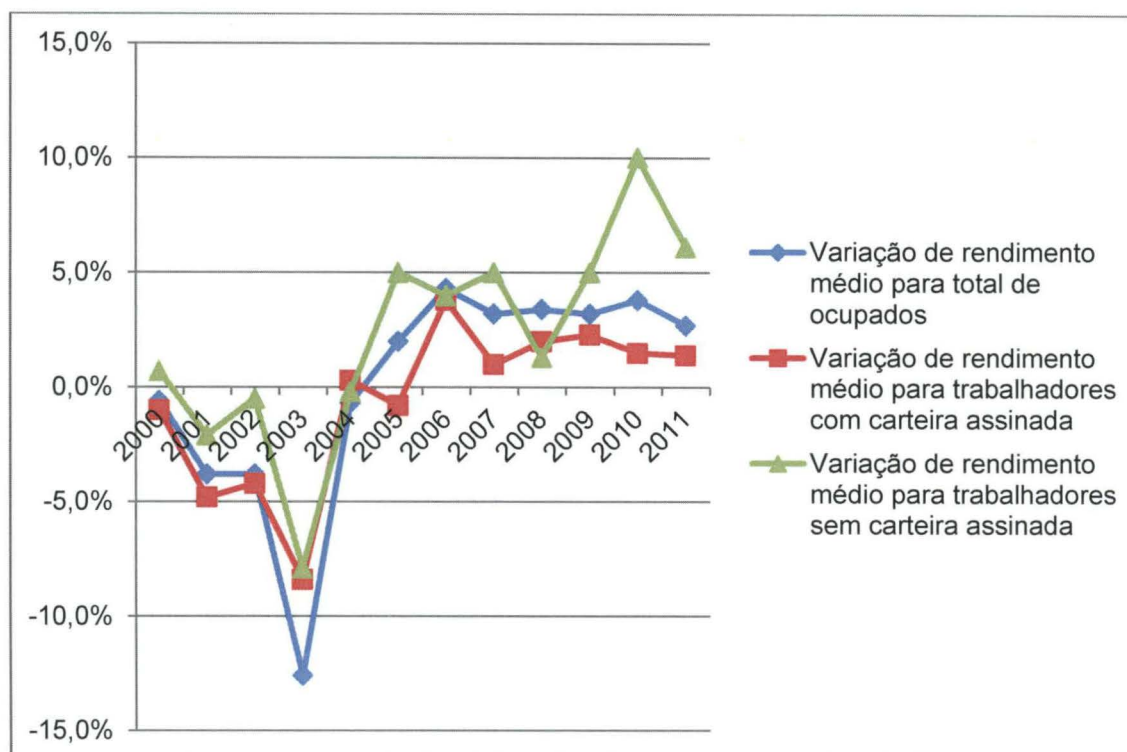
Relativamente aos rendimentos/salários reais, o salário de admissão inicial diminuiu em 9,5% ao ano para o setor formal em 2002, dados do MTE. (Boletim Banco Central – Relatório Anual, p.38, 2002). As vagas formais líquidas criadas neste mesmo período estavam nas faixas salariais até dois salários mínimos, com exceção das regiões nordeste e sudeste, sendo que aquela só conseguiu atingir um salário mínimo e meio esta atingiu até três salários mínimos (REMY, QUEIROZ & FILHO, p.14, 2011). A partir destes dados, pode-se concluir que o aumento da formalidade pode ser positivo para a criação de seguridade social do trabalho, porém esta expansão de empregos formais não se deu com alta qualidade.

Quanto à evolução dos rendimentos reais dos trabalhadores em todas as categorias, a partir de 2004 houve um cenário positivo. Em dezembro de 2002 houve perda de poder real de compra dos trabalhadores e o salário real chegou a US\$55,16, porém nos anos seguintes houve variações positivas dos rendimentos reais médios habituais⁸. A partir das taxas de crescimento dos rendimentos reais

⁸ No cálculo dos rendimentos habituais, diferente dos efetivos, não são incluídos ganhos como horas extras, atrasados, férias etc.

deflacionadas em relação ao ano anterior ao ano corrente analisado, tem-se o GRÁFICO 7⁹:

GRÁFICO 7 - Evolução dos rendimentos reais médios habituais por categoria na década de 2000



Fonte: Boletim Banco Central. Elaboração própria.

Através do gráfico acima, nota-se que os rendimentos reais passaram a ter uma evolução favorável a partir de 2004 em geral, e para os trabalhadores com carteira assinada em 2006. São visíveis também os efeitos das variações de cada categoria na média total, enquanto as variações dos trabalhadores sem carteira elevaram-na, a estabilidade inerente às variações anuais da categoria “com carteira” foi incutida naquela.

Estes pequenos crescimentos de rendimentos podem sugerir que não estamos nem perto de um período de expansão econômica ampla, apesar de que a formalização do mercado de trabalho sugira melhoras qualitativas. A ambiguidade sugerida do efeito do grau de escolaridade sobre o mercado de trabalho formal induz a dúvida do incremento de qualidade propiciado pelo grau de instrução. Se na dimensão salarial os empregos tiveram baixa qualidade, Remy, Queiroz & Filho

⁹ Valores deflacionados pelo INPC. Regiões abrangidas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(2011, p. 16) colocam como importantes as políticas setoriais para a indústria, ciência e tecnologia, já que segundo os autores, a produtividade do trabalho e competitividade da indústria concernente à abertura comercial brasileira iniciada nos anos 1990 no Governo Collor, não trouxe melhores salários e qualidade de emprego no longo do tempo, segundo os autores.

3.2 POLÍTICAS DE EMPREGO E DE MERCADO DE TRABALHO RECENTES

Existem diferenças acerca das políticas de emprego e de mercado de trabalho. As primeiras são políticas que influem na demanda agregada, criando empregos efetivamente. As políticas de mercado de trabalho, como de intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e seguro desemprego são políticas que possuem efeito de caráter temporário sobre o desemprego e foge ao seu escopo a criação de empregos. (MORETTO, p.8, 2010)

Portanto ao analisar as políticas brasileiras de mercado de trabalho recentes, como PLANFOR no Governo Fernando Henrique Cardoso e PNQ no Governo Lula, ambas de caráter de qualificação da mão-de-obra, deve-se diferenciá-las de políticas como o Proger, Proemprego e Protrabalho, que tem como objetivos o fomento de micro e pequenas empresas através da concessão de créditos; o financiamento de empreendimentos de maior porte; e a promoção de emprego na região norte e nordeste de Minas Gerais, respectivamente. (MORETTO, p.19, 2010)

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) foi um uma política pública implementada em 1995 e que durou até 2003, quando foi revogada pela Resolução Nº 333, de 10 de julho de 2003 do Codefat, e substituída pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) no Governo Lula. O PLANFOR era administrado de forma descentralizada, através dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQ) e de outras parcerias, nacionais ou regionais, como também visava à integração com outros projetos do FAT:

Para fins da consecução dos objetivos indicados neste artigo, as ações do PLANFOR devem ser orientadas no sentido de crescente integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT (BRASIL. CODEFAT, Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000, Art 2 parágrafo 2º).

Através do Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ) haveria a intermediação entre oferta e demanda por educação profissional:

O PEQ é instrumento para progressiva articulação da oferta e da demanda de EP (Educação Profissional) em cada Estado, devendo explicitar a proporção da demanda a ser atendida com recursos do FAT, de acordo com as prioridades definidas nesta Resolução, e informando a proporção efetiva ou potencialmente atendida pela rede local de EP, financiada por outras fontes públicas e privadas, descritas no parágrafo 1º do artigo 2º desta Resolução. (BRASIL. Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000, Art. 3º parágrafo 2º).

Este plano se deu em um contexto internacional de liberalização do comércio mundial na década de 1990, que trouxe novas demandas para o mercado de trabalho brasileiro, de forma a exigir maior produtividade do trabalho e competitividade das empresas brasileiras.

O Plano tinha como objetivos a qualificação profissional como pilar do desenvolvimento sustentado, além de diminuições do desemprego e subemprego da PEA, pobreza e aumentos de salários, com foco na demanda do mercado de trabalho, assim como é descrito em resolução do Codefat:

O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA - População Economicamente Ativa, maior de 16 anos de idade... (BRASIL. CODEFAT, Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000, Art 2).

Peixoto agrega ao afirmar que o plano teve como “instrumento ideológico para o convencimento do trabalhador de que a falta de emprego está atrelada à deficiência de escolaridade e de qualificação” (PEIXOTO, p. 60, 2008)

Apesar da integração aos outros projetos do FAT, o PLANFOR em si não tinha como escopo a criação de empregos como política de emprego em si, ou seja, estimuladora da demanda agregada, onde talvez esta fosse atingida através da intermediação de mão-de-obra, por exemplo.

Ao longo do plano houve aumento de recursos do FAT, porém diminuição da carga horária dos cursos ministrados, o que sugere priorização de quantidade do que qualidade. Em relação à evolução de participantes do programa, Peixoto (2008, p. 74) afirma “Manfredi (2002) destaca que os relatórios do PLANFOR indicaram que em 1995 o total de treinados representava 5% da PEA, enquanto que em 2001 o percentual contemplou 17% da PEA”.

Relativamente ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ) implementado através da Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003, do CODEFAT, este tenta teoricamente, ser mais do que uma política de mercado de trabalho. Porém, ao tentar se integrar às políticas públicas de emprego para geração de empregos como também fomentar “crescimento sustentável com trabalho, democratização do acesso ao crédito e a inclusão social” (PEIXOTO, p. 119, 2008 apud MTE, p.5, 2007), ocorre que este plano se transforma mais em políticas compensatórias dirigidas à população mais frágil, do que de universalização dos direitos sociais, segundo Peixoto (2008, p. 119).

Em uma definição mais ampla,

“O PNQ foi criado tendo em vista a necessidade de reorientação do modelo de desenvolvimento do país, onde o planejamento voltado para a demanda do mercado de trabalho, característico do PLANFOR, deixa de ser o foco principal, sendo substituído pela expansão do mercado de consumo de massa como estratégia de crescimento, assim como a incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor.” (JORGE, Tiago Antônio. *Dicionário de verbetes*. Em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=322>>. Acesso em: 20 de junho de 2013.)

Peixoto mostra dados nos quais egressos do PNQ tiveram elevação no grau de escolaridade e melhora na situação de emprego/desemprego em geral. Porém assume que não é possível colocar como factível o efeito do PNQ como único fator sobre o nível de emprego dado que muitos fatores podem influenciar este (PEIXOTO, p.91-92, 2008).

Quanto ao PROGER, criado entre 1993 e 1994, este se dá também através do FAT, com objetivo de disponibilizar crédito a setores específicos, essencialmente as atividades que demandam mão-de-obra mais intensivamente. O FAT é, na sua origem, destinado a manter o seguro-desemprego, o abono salarial para trabalhadores de baixa renda e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Araújo e Lima, p.431, 2000 apud CASTRO e MACEDO, 1997). Os objetivos do PROGER são, segundo Araújo e Lima:

Incluem três pontos básicos: a) estimular a geração de emprego e renda mediante a criação de novas unidades produtivas e fomento das unidades já existentes; b) incentivar a organização dos empreendimentos informais, de modo a prepará-los para o ingresso no setor formal da economia; c) propiciar a auto sustentabilidade dos empreendimentos financiados, mediante promoção de programas integrados de capacitação técnico-

gerencial, de qualificação profissional e de assistência técnica aos beneficiários (ARAÚJO & LIMA, p. 431, 2000)

Existem críticas aos efeitos do Proger na criação de empregos, que segundo a Revista Democracia Viva (1999, p. 21-79) são efetivos em determinados aspectos, inclusive em outras vertentes como Proger Rural e Pronaf. Cacciamali, Chahad & Tatei (2008, p.155) ao citar Barros e Carvalho (2002), reiteram que as microempresas não optantes por empréstimos do Proger também obtiveram crescimento de geração de empregos, apesar de que menores em valor do que as optantes. As empresas que optaram por receber crédito do Programa já criavam empregos antes do período de recebimento do empréstimo, o que sugere que a totalidade de emprego gerado por estas não deva ser creditada ao PROGER. Como crítica a Passos e Costanzi (2002), aqueles autores atentam para o fato de que podem surgir problemas com viés de seleção na medida em que se tenta mensurar os efeitos destes programas de microcrédito (CACCIAMALI, CHAHAD & TATEI, 2008, p. 155)

Além deste adendo, Araújo e Lima (2000, p. 430-432) colocam a dificuldade administrativa de efetividade do Proger devido às características político-sociais inerentes a cada região brasileira, como também a “baixa escolaridade e pouca tradição de atitudes associativistas” a nível microeconômico, ou seja, coloca em questão a capacidade de gestão individual do agente financiado, dado a disfunção existente no processo administrativo intrínseco do programa.

Existem também outras políticas de mercado de trabalho, que refletem qualificação de mão-de-obra, intermediação do mercado de trabalho, como também o seguro-desemprego, e a ação de órgãos não-governamentais, como consultoria e outros projetos vinculados ao SEBRAE, mas que fogem ao escopo deste trabalho.

4 QUALIDADE DA CRIAÇÃO DE VAGAS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA: RENDIMENTOS REAIS, ESCOLARIDADE

A primeira parte deste capítulo tratará inicialmente da criação de empregos formais por setores de atividade econômica de uma forma mais agregada, as classes, e depois mais desagregada, as subclasses, segundo a classificação da CNAE. A segunda parte do capítulo especifica a evolução das onze classes que mais criaram empregos ao longo do período de 2006-2011 de acordo com a escolaridade requerida para estes postos de trabalho e os seus respectivos rendimentos reais, em dezembro de cada ano. Para isto, os referidos dados foram retirados da base de dados RAIS.

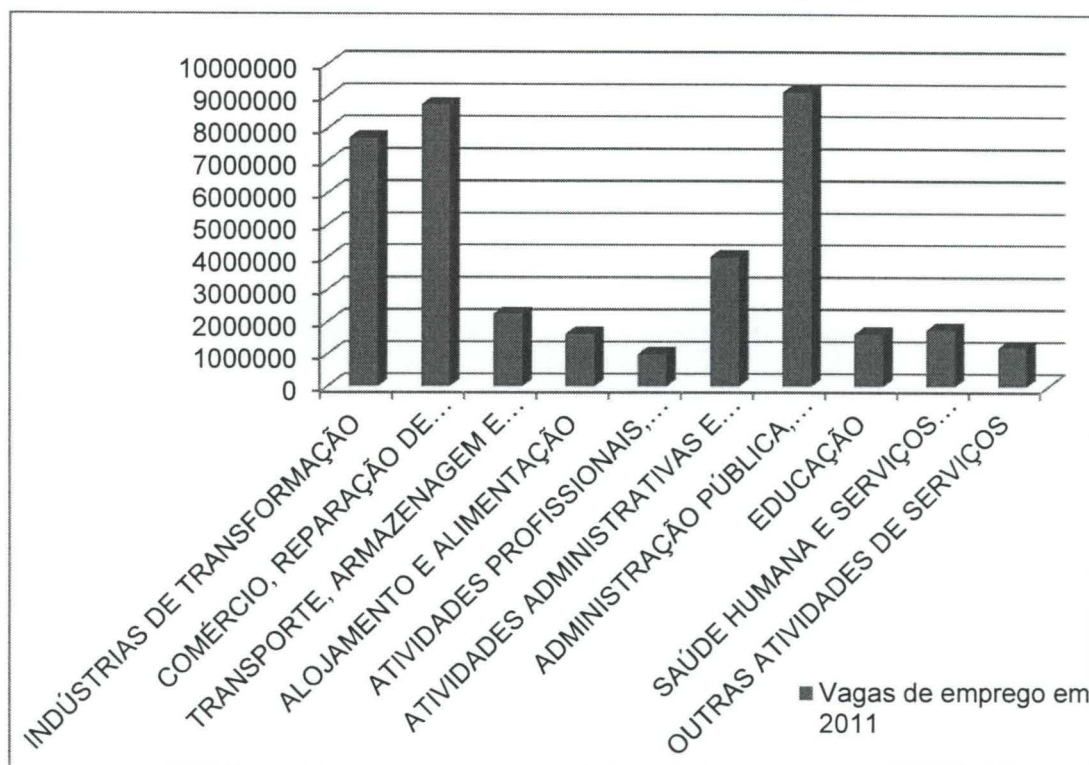
Estas informações serão usadas conclusivamente para um balanço da qualidade dos empregos formais criados no período especificado.

4.1 CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Dentre dezessete classes analisadas¹⁰, as onze classes de atividades econômicas com maior estoque de emprego em 2011 são apartadas e inseridas no gráfico abaixo:

¹⁰ Indústrias de transformação; eletricidade e gás; Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Saúde humana e serviços sociais; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços e Serviços domésticos.

GRÁFICO 8 – Onze classes com maior estoque de empregos em 2011



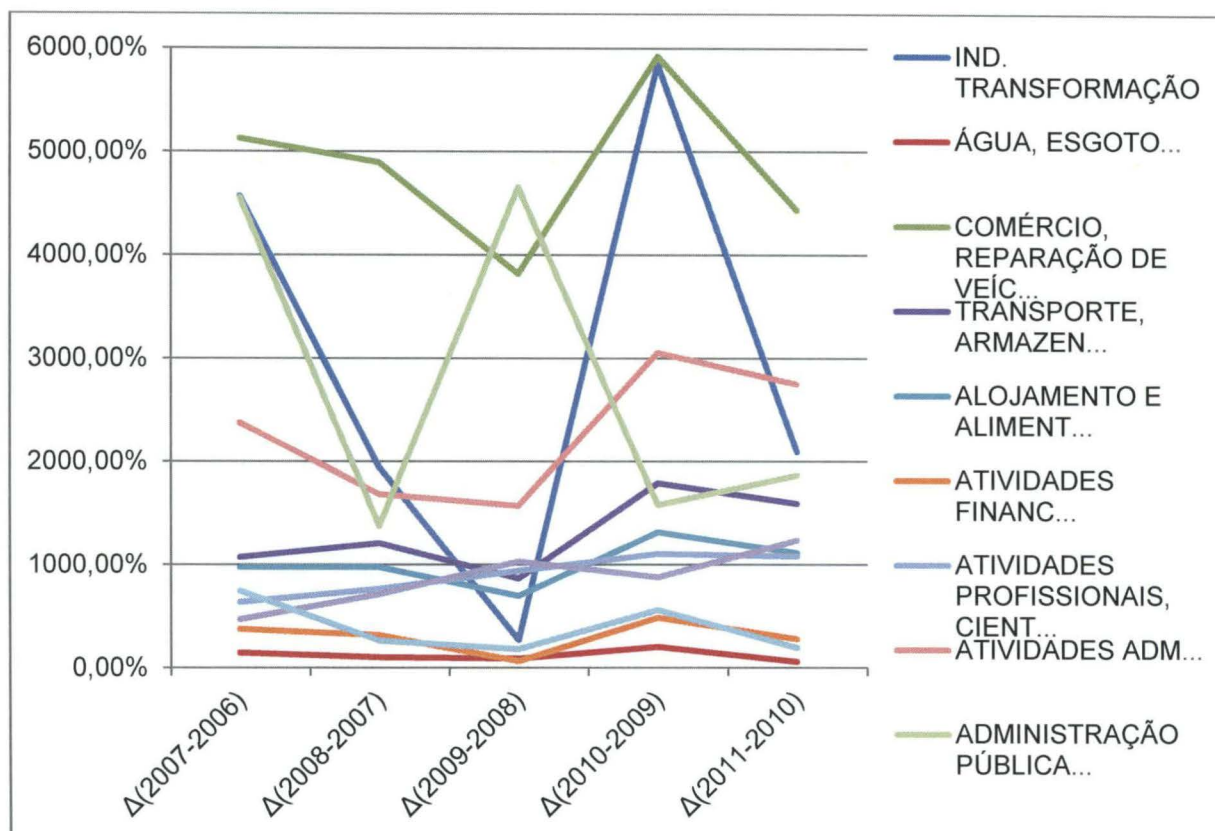
Fonte: RAIS.

Os três setores que possuem maiores estoques de trabalhadores em 2011 são de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, com 9.152.902 vagas, Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, com 8.756.328 vagas e Indústrias de Transformação com 7.726.509 vagas de emprego.

O GRÁFICO 9 mostra os setores que tiveram os maiores crescimentos de vagas de emprego (mais de 50% ao ano) entre o período de 2006 e 2011. É perceptível que os maiores crescimento de vagas foram nos setores de indústria de transformação, serviços e comércio. Os setores de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas foi o setor que teve maiores percentuais de crescimento, em torno de 4000% a 6000% ao ano, com certa estabilidade. Os setores de indústria de transformação apresentaram altos percentuais, porém apresentam instabilidade nas taxas de crescimento. Por exemplo, a variação percentual de crescimento de 2009 para 2010 foi de 5849,96%, porém entre 2008 e 2009 foi de 270,53%. Os setores de administração pública, defesa e seguridade social se encaixam no mesmo caso, pois também apresentam altas variações de crescimento com certa instabilidade em sua tendência de crescimento. Outros setores que se destacam são

os de atividades administrativas e serviços complementares, com percentuais em torno de 1000% e 3000%.

GRÁFICO 9 – Onze classes/setores que tiveram os maiores crescimentos percentuais de vagas de emprego entre 2006-2011, por atividade econômica



Fonte: RAIS.

Relativamente às subclasses de atividades de econômicas, ou seja, em um nível de maior desagregação em relação às atividades do GRÁFICO 9, os mais variados tipos de serviços e o comércio se destacam novamente. Na tabela 1 a única atividade que se encaixa na indústria de transformação é o setor de confecção de vestuário, exceto de roupas íntimas, com 527.605 vagas em 2011. O setor com maior destaque é a administração pública em geral, classificado no setor de serviços, com 8.005.027 vagas em 2011. No restante do ranking destacam-se setores de comércio varejista e de serviços variados.

Subclasses de atividades econômicas	Vagas de emprego em 2011
Administração pública em geral	8005027
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	1084255
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	1064584
Atividades de atendimento hospitalar	966167
Transporte rodoviário de carga	803671
Limpeza em prédios e em domicílios	682040
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	680884
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	629831
Condomínios prediais	541386
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	527605
Atividades de vigilância e segurança privada	519631

Fonte: RAIS.

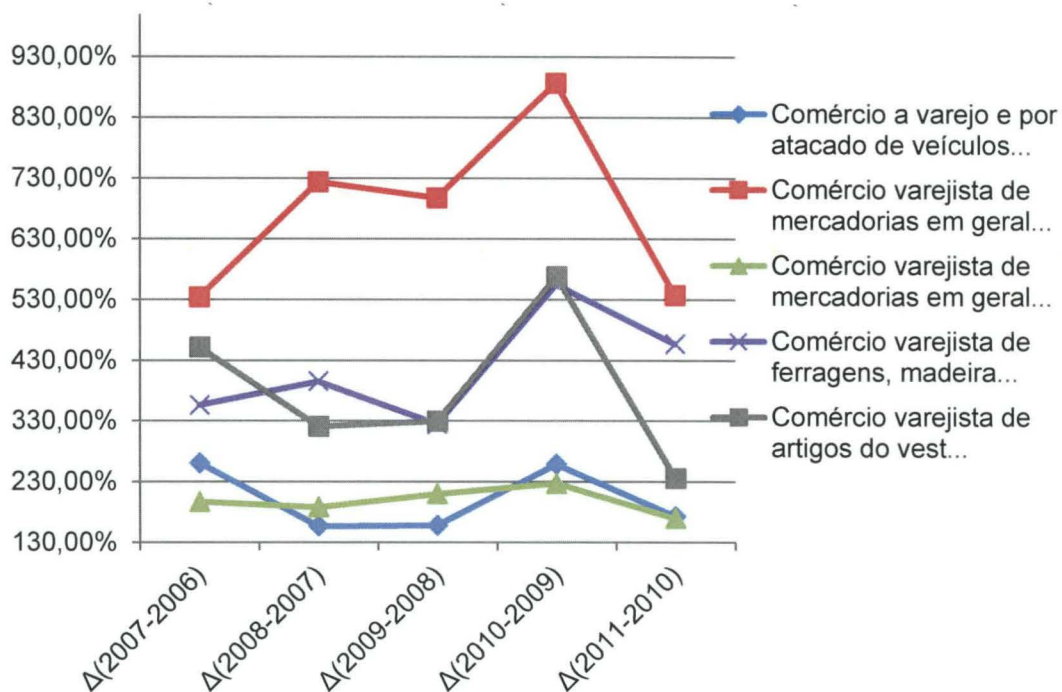
Tabela 1 – As onze subclasses que mais criaram emprego em 2011 (acima de 500.000 vagas)

O GRÁFICO 10 foi subdividido em duas partes para melhor observação das tendências ao longo do tempo. A parte 12.a reflete a evolução das taxas de crescimento dos setores comerciais, nos quais se destacam os diversos comércios varejistas, e principalmente o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios em minimercados, mercearias e armazéns.

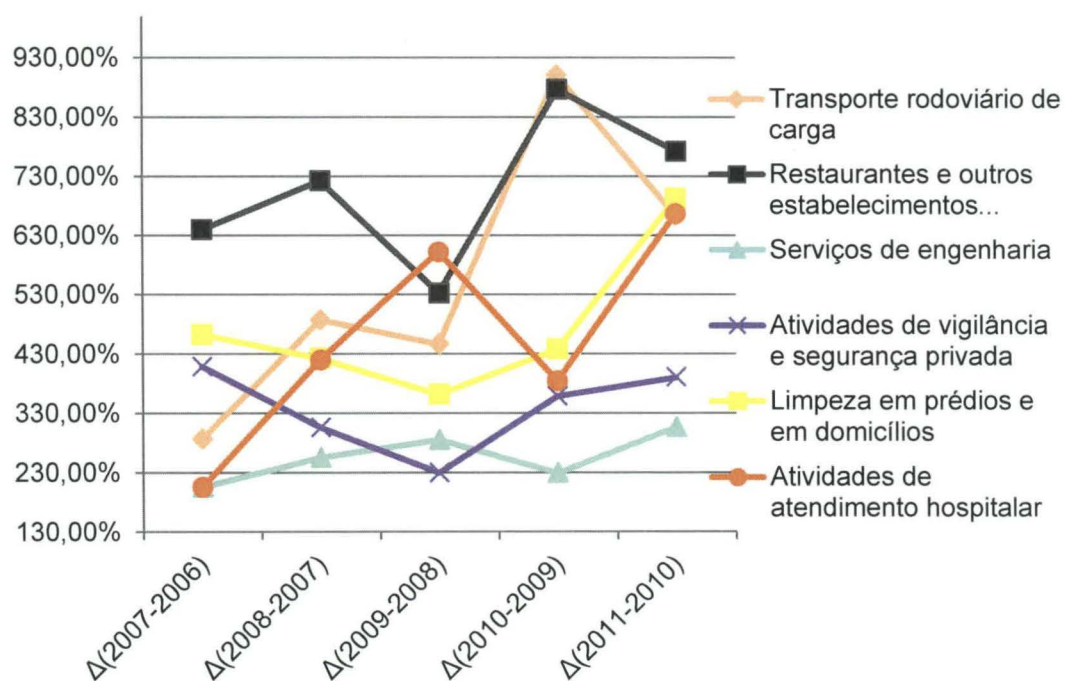
A parte 12.b mostra as demais atividades econômicas que se encaixam no setor de serviços e que assim como os setores comerciais, também cresceram mais de 130% ao ano no período de 2006-2011. Dentre estas, o transporte rodoviário de carga apresentam tendência crescente praticamente ao longo de todo o período. Atividades de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas apresentam taxas de crescimento maiores do que 530% ao longo de todo o período. Outro dado importante é o aumento de vagas do setor de vigilância e segurança privada, com taxas de crescimento destas superiores a 230% em todo o período.

GRÁFICO 10 - Onze subclasses de maior crescimento percentual de vagas de emprego entre 2006-2011

a) Setores comerciais



b) Demais atividades econômicas



Fonte: RAIS.

4.2 ESCOLARIDADE E A QUALIDADE DE EMPREGOS NAS CLASSES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

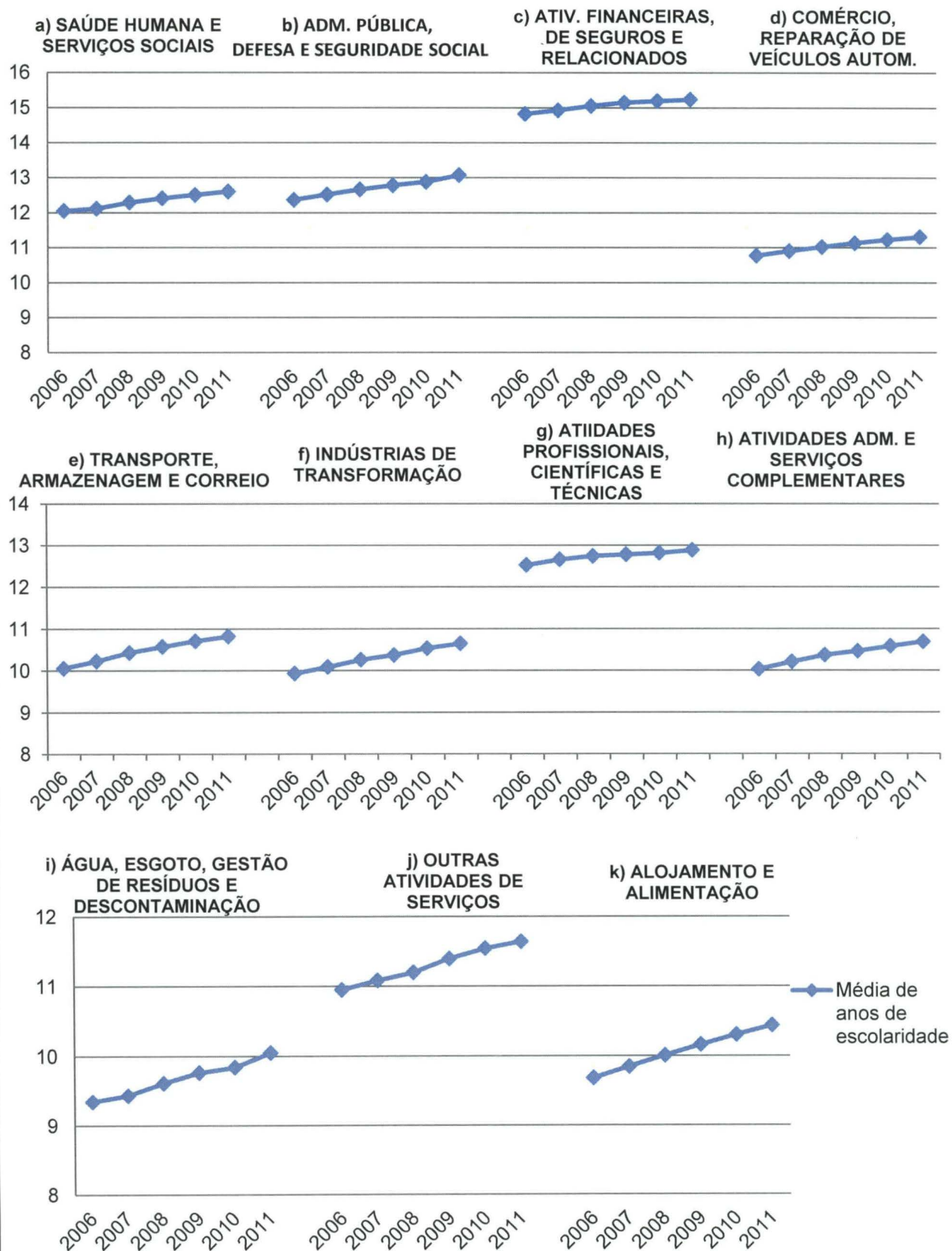
A partir das onze classes que tiveram os maiores crescimentos percentuais de vagas de emprego entre 2006 e 2011 (as mesmas atividades do GRÁFICO 9) analisa-se a escolaridade requerida para estes novos postos de trabalho e se há realmente incremento em qualidade e não somente em quantidade. Para a maioria dos setores inclusos na análise, os postos criados neste período foram majoritariamente para a faixa de escolaridade do 2º grau completo, ou seja, com uma média do período entre 12 e 13 anos de escolaridade para todos os setores, como se observa no GRÁFICO 11.

Entretanto, atividades imobiliárias (6,8%), financeiras, de seguros e serviços relacionados (9,2%), profissionais, científicas e técnicas (17%) foram as únicas que obtiveram variação percentual positiva de vagas formais para analfabetos entre 2006 e 2011. Para estas últimas, as vagas de emprego cresceram para todos os níveis de escolaridade. As atividades financeiras, apesar de ser observável o crescimento percentual nas vagas para mestrado e doutorado em níveis superiores relativamente aos outros níveis de escolaridade, concentram suas vagas de trabalho no ensino superior completo, com crescimento de 141.684 novas vagas no final do período explicitado, tendo a maior média de anos de estudo entre os setores analisados (15 anos). Isto se repete em todos os setores, nos quais os crescimentos de vagas em termos percentuais são maiores para mestrado e doutorado, porém em termos absolutos a concentração de vagas de trabalho formal está em níveis de escolaridade inferiores, nos ensinos fundamental e principalmente médio completo.

Esta concentração de requisição de vagas para ensino médio completo mostra a ambiguidade de melhorias obtidas em termos da escolaridade dos trabalhadores contratados no período de 2006-2011.

As menores médias de anos de escolaridade se encontram nos setores e, f, h, i e k vistos no GRÁFICO 11. Administração pública, atividades profissionais e financeiras são os setores que possuem as maiores médias, nos quais nota-se que o setor de serviços, um dos que mais cresceu, teve melhoras em termos de escolaridade visto que as tendências das curvas de escolaridade média são de crescimento. Porém, os setores mais qualificados se mantiveram em nível de qualificação tal e vice-versa, ou seja, não houve mudança dinâmica neste sentido para setores com mão-de-obra menos qualificada em termos de escolaridade.

GRÁFICO 11 - ESCOLARIDADE E ATIVIDADES ECONÔMICAS



4.3 RENDIMENTOS REAIS

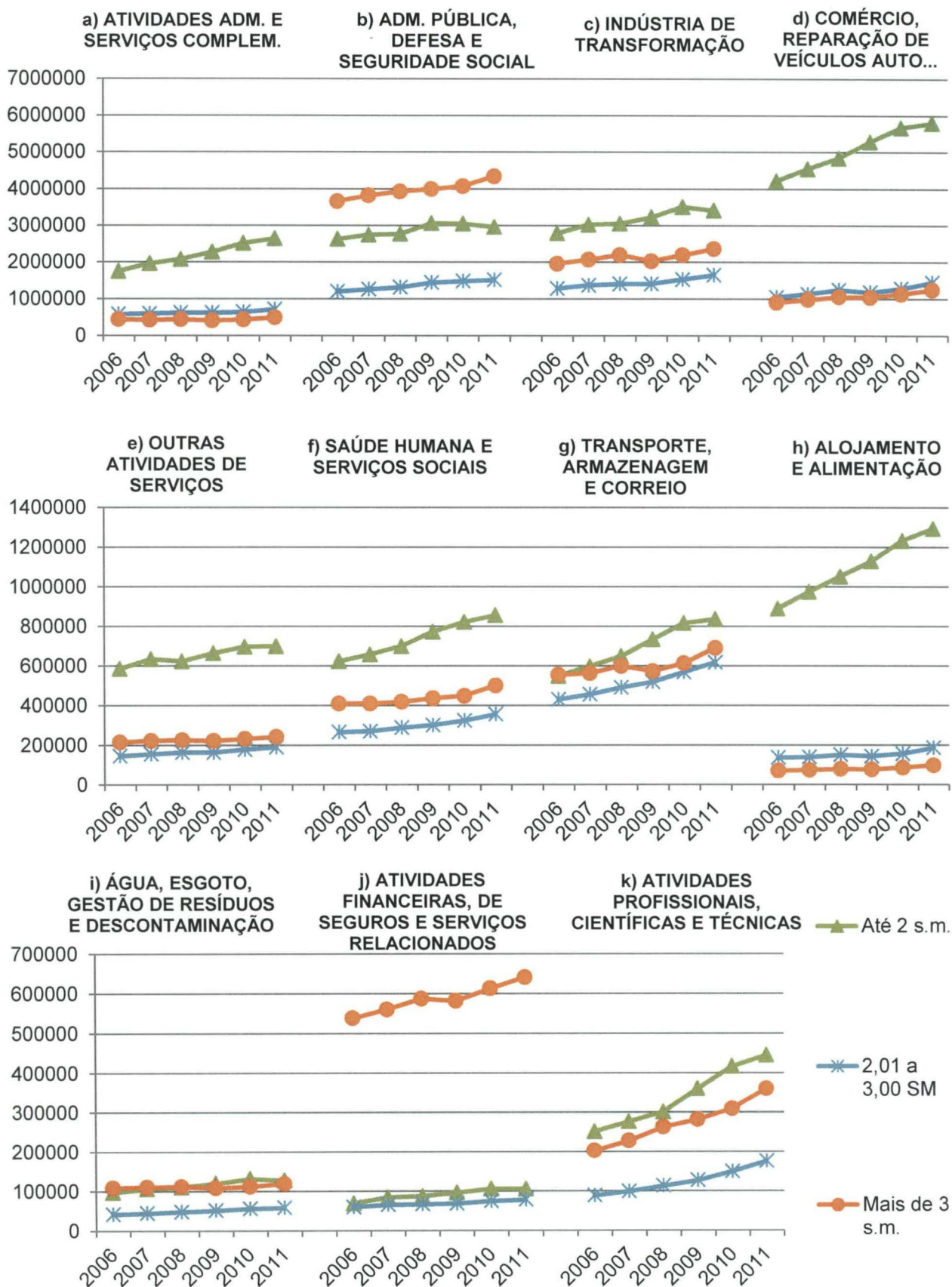
Em geral, a maior parte dos empregos criados para as atividades selecionadas¹¹ durante o período de 2006 a 2011 esteve entre a faixa de até dois salários mínimos. Fato que traz a reflexão sobre se a qualidade destes empregos seja efetiva. De acordo com estes dados retirados da RAIS, os setores que concentraram seu crescimento de empregos na faixa salarial de exatos dois salários mínimos são o comercial, de reparação de veículos automotores e motocicletas (28,24%), outras atividades de serviços (20,53%), saúde humana e serviços sociais (28,89%), transporte, armazenagem e correio (34,95%) e alojamento e alimentação (32,05%). Os postos de trabalho de atividades administrativas e serviços complementares cresceram mais na faixa de até um salário mínimo (44,79%) relativamente aos outros níveis. Estes aspectos são notáveis no GRÁFICO 12.

As atividades que se destacam pelos maiores salários são os setores de atividades financeiras, seguros e serviços relacionados, onde a faixa de 5 a 7 salários mínimos foi a que mais criou empregos relativamente às outras faixas salariais, durante o período mencionado (GRÁFICO 12.j). Se visto entre a faixa de 3 a 20 salários mínimos estas atividades criaram 102.135 novas vagas entre 2006 e 2011. Outras atividades que mais criaram emprego entre o período explicitado e possuem os maiores salários são vinculadas à administração pública, defesa e seguridade social, visível na curva de três a vinte salários mínimos no GRÁFICO 12.b.

Os setores de transporte, armazenagem e correio cresceram 34,5% dentro da faixa salarial de até dois salários mínimos e tem a maioria de suas vagas de trabalho nesta, porém estes subsetores citados demonstraram uma menor concentração de empregos em somente uma faixa salarial como para os outros setores, onde a disparidade é evidente relativamente aos rendimentos de até dois salários mínimos (GRÁFICO 12.g) As atividades englobadas em água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação também partilham deste aspecto com, entretanto, um cenário um pouco mais positivo, obtendo maior crescimento na faixa salarial entre dois e três salários mínimos com 27,65% entre 2006 e 2011 (GRÁFICO 12.i)

¹¹ As mesmas atividades do GRÁFICO 9.

GRÁFICO 12 - RENDIMENTOS E SETORES ECONÔMICOS



Tendo em vista a importância dos setores de serviços e de comércio relativamente à criação de postos de trabalho na economia, mostrada na seção 4.1 deste capítulo, esta geração de empregos em faixas salariais tão baixas para a maioria dos subsetores destas atividades no período especificado pode ser considerada preocupante na análise da evolução do mercado de trabalho.

5 CONCLUSÃO

A conjuntura brasileira da década de 2000 é marcada pelas políticas de incentivo ao consumo de massa e isto não pode ser esquecido em uma análise do mercado de trabalho, se esta foi a maneira de estimular a economia brasileira neste período. Segundo o relatório *Economia Brasileira em Perspectiva* (2010, p. 36), A geração de empregos do mercado de consumo de massa, associado à inclusão e os programas sociais, tem permitido a criação de uma nova classe média e os estímulos aos investimentos. Isto ajuda a explicar a criação de empregos de faixas salariais de até dois salários mínimos e escolaridade de ensino médio completo, como foi visto neste trabalho.

Através de teorias de mercados de trabalho precários pretende-se o embasamento da leitura feita dos dados mostrados na última seção. A partir destas teorias é possível que haja pontes teóricas para a experiência observada no mercado de trabalho brasileiro. A primeira conclusão que pode ser feita é que “a fila andou”, de acordo com a teoria da fila. Se a informalidade da economia diminuiu e a formalidade aumentou, podemos acreditar que o setor formal absorveu os trabalhadores informais da economia. Mesmo estes podendo ser menos produtivos ou qualificados do que os formais.

Com o aumento de empregos formais, dita a formalidade como uma caracterização de um mercado com melhores empregos relativamente ao setor informal da economia, a qualidade esperada dos postos de trabalho que seriam criados seria maior do que em uma economia que continuasse atuando no setor informal. Porém, a qualidade verificada dos novos postos de trabalho da década de 2000 foi tímida, principalmente no quesito de rendimentos reais dos novos trabalhadores que se situaram primordialmente na faixa de até dois salários mínimos, a partir das atividades econômicas que mais criaram empregos entre 2006 e 2011. Se comparados aos dados de Remy, Queiroz & Filho (2008), os resultados do presente trabalho são os mesmos neste quesito.

Existe a possibilidade do salário mínimo não ser benéfico para o bem-estar econômico, e se o setor formal aumenta a marcação de salários através do salário mínimo, tanto pelo efeito-farol como efeito-numerário, é possível que o aumento deste setor não seja exatamente a solução para que haja alta qualidade de emprego no país. Mark Wilson (2012, p. 6-10) é um dos economistas posicionados contra a

imposição de salários mínimos, pois acredita esta política além de aumentar o desemprego, não reduz a pobreza. Milton Friedman é um dos adeptos deste pensamento. Se comparados com os autores Neri, Gonzaga & Camargo (2001, p.90), estes se colocariam contra a assertiva de que o salário mínimo não reduz a pobreza, como colocado na seção 2.1.3, p. 16 deste trabalho.

Porém, ao deixar esta discussão de lado, pois esta proposta de solução da qualidade de emprego não se trata da extinção do salário mínimo, coloca-se a importância da educação como processo de qualificação do trabalhador e do emprego, visto que a maioria das vagas criadas se concentrou na faixa de doze a treze anos de escolaridade, caracterizada pelo nível de ensino médio completo. Comparativamente, no artigo de Remy, Queiroz & Filho (2008), no qual quase não houve criação de empregos para pós-graduados, no presente trabalho houve aumento de vagas para estes, inclusive em maiores porcentagens do que para o ensino médio completo, em geral, relativamente aos setores que mais cresceram em termos de taxas de crescimento de emprego. Desta forma, em termos de escolaridade, a ambiguidade observada por Remy et. al. (2008) diminuiu em termos de percentuais de crescimento de vagas para pós-graduados, porém a concentração de vagas continua na faixa caracterizada pelo ensino médio completo. Disto surge a crítica do crescimento da economia brasileira ser estimulado pela demanda e não diretamente pelo investimento produtivo, e os diferentes efeitos que estes proporcionam no mercado de trabalho e na criação de empregos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, & LIMA. Proger Urbano: Efeitos sobre a Geração de Empregos e Implicações para a Política Pública de Emprego. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 428-452, novembro de 2000. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren2000_v31_ne_a1.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

BOLETIM BANCO CENTRAL DO BRASIL – **Relatório Anual 2002**. Brasília, v. 38, 2002.
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RED-BOLETIMANO&ano=2002>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

BRASIL, CODEFAT. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - **Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000, Art. 2-3**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/codefat/qualificacao-social-e-profissional.htm>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CHAHAD, José Paulo; TATEI, Fabio. Microfinanças e política pública na América Latina. **Cadernos PROLAM/USP**, vol. 6, n.1, 2008.
http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_6.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

CARDOSO JR, José Celso. De Volta para o Futuro? As Fontes de Recuperação do Emprego Formal no Brasil e as Condições para sua Sustentabilidade Temporal. **Texto para discussão nº 1310 - Ipea**. Brasília, novembro de 2007. Disponível em: <http://goo.gl/zlos2>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

FEIJÓ, C. A.; SILVA, D. B. N.; SOUZA, A. C. Quão Heterogêneo é o Setor Informal Brasileiro? Uma Proposta de Classificação de Atividades Baseada na ECINF. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, maio/agosto, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482009000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 24 de julho de 2013.

JORGE, Tiago Antônio. **Dicionário de verbetes**. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=322>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

MISHKIN, FREDERIC S. **Moedas, Bancos e mercados financeiros**. Rio de Janeiro, LTC, 2000, p.285-301.

MORETTO, Amilton José. Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente. **Escritório da OIT (Organização internacional do Trabalho) no Brasil**. Documento de trabalho nº1. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/248>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

NERI, Marcelo; GONZAGA, Gustavo; CAMARGO, José Márcio. Salário Mínimo, “Efeito-Farol” e Pobreza. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 2 (82), abril/junho, 2001. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/82-5.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

PEIXOTO, Patrícia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: Uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, maio de 2008. Acesso em: 24 de julho de 2013.

RAMOS, L. A evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano: 1991-2001. **Texto para Discussão nº 914 – Ipea**. Rio de Janeiro, Nov, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0914.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

RELATÓRIO ECONOMIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA. **Ministério da Fazenda**, 2010. Edição especial. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Especial-10.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2013.

RELATÓRIO GEM (**Global Entrepreneurship Monitor**), 2007. Disponível em: http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20110920161744.%20Executivo. Acesso em: 24 de julho de 2013.

RELATÓRIO GEM (**Global Entrepreneurship Monitor**), 2009. Disponível em: http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20110920160157.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

RELATÓRIO GEM (**Global Entrepreneurship Monitor**), 2010. Disponível em: http://www.ibqp.org.br/img/projetos/downloads/arquivo_20110920153429.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

RELATÓRIO GEM (**Global Entrepreneurship Monitor**), 2012. Disponível em: <http://www.ibqp.org.br/gem/publicacoes-detail.php?id=104>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

REMY, QUEIROZ & FILHO. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. **Revista da ABET**. Vol 10. Nº 1. Jan/Jun 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15518>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

Resultados da Avaliação do PROGER. **REVISTA DEMOCRACIA VIVA**. Edição especial, nov/1999. Disponível em: <http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/publicacoes.xhtml>. Acesso em: 24 de julho de 2013.

SOARES, F. V. Do Informal Workers Queue For Formal Jobs In Brazil? **Texto para Discussão nº 1021 – Ipea**. Brasília, maio, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1021.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2013.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol.26, nº 4, Out/Dez, 2006. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400008. Acesso em: 24 de julho de 2013.

WILSON, Mark. The Negative Effects of Minimum Wage Laws. **Policy Analysis** . Nº 701, Jun/2012. Disponível em: <http://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/PA701.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2013.